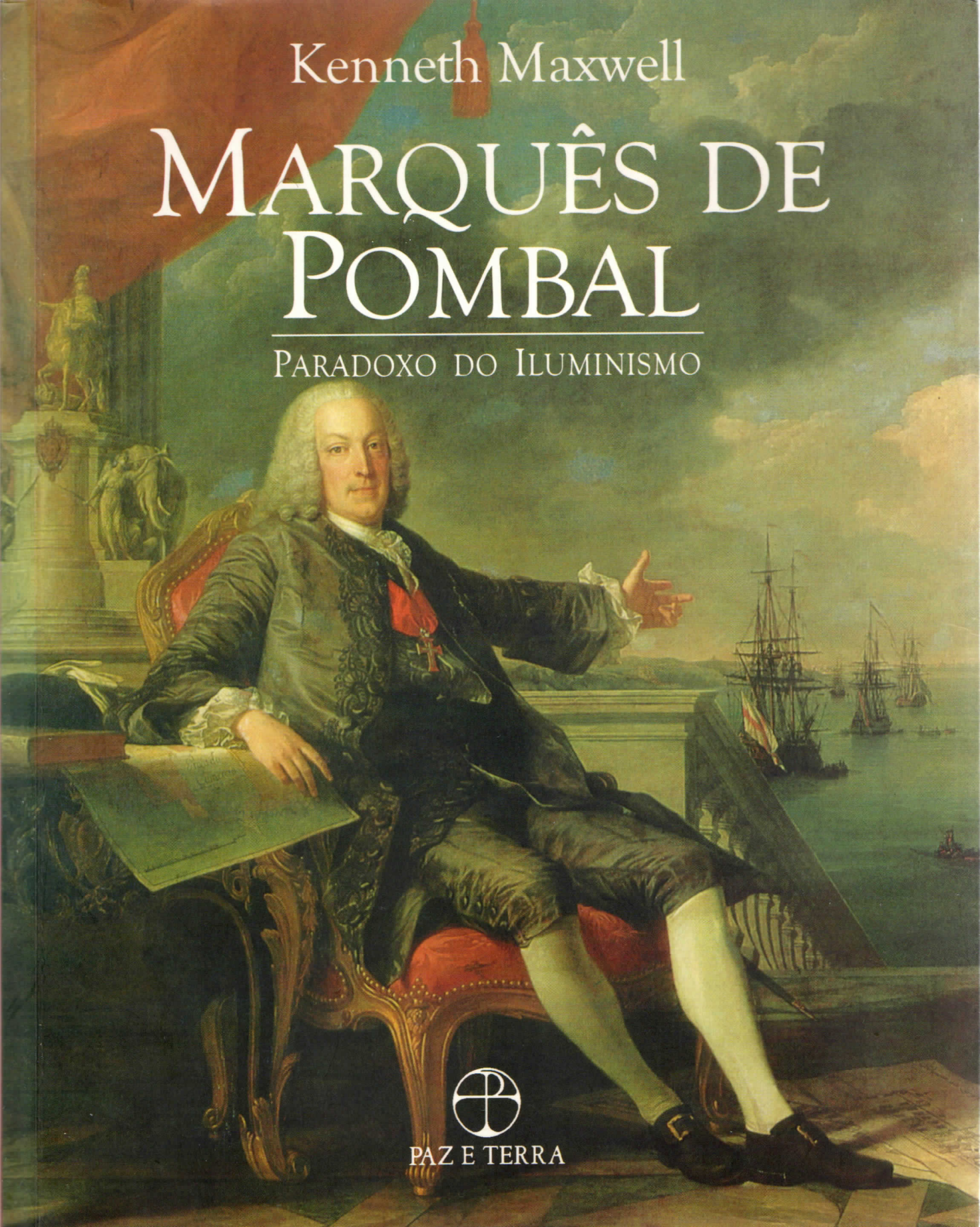


Kenneth Maxwell

MARQUÊS DE POMBAL

PARADOXO DO ILUMINISMO



PAZ E TERRA

MARQUÊS DE POMBAL, PARADOXO DO ILUMINISMO



Frontispício

Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal.
Óleo de Louis Michael Van Loo, 1766 (Câmara Municipal de Oeiras)

MARQUÊS DE POMBAL
Paradoxo do Iluminismo



Kenneth Maxwell

2.^a Edição



PAZ E TERRA

Copyright © Cambridge University Press

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do livro, SP, Brasil)

Maxell, Kenneth

Marquês de Pombal : paradoxo do iluminismo /
Kenneth Maxwell ; | tradução Antônio de Pádua
Danesi | .

— Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

Título original: Pombal, paradox of the
enlightenment.

ISBN85-219-0180-1

1. Iluminismo - Portugal 2. Pombal,
Sebastião

José de Carvalho e Melo, Marquês de, 1699-1782

I. Título

96-3192

CDD-923.2469

Índices para catálogo sistemático:

1. Portugal : Estadistas : Biografia e obra
923.2469

EDITORA PAZ E TERRA S.A.

Rua do Triunfo, 177

01212-010 — São Paulo — SP

Tel.: (011) 223-6522

Rua Dias Ferreira nº 417 — Loja Parte

22431-050 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: (021) 259-8946

1997

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

A John Funt

Idéias e imagens



[...] um pequeno gênio que tem o intelecto para ser grande gênio em um país pequeno é um animal muito difícil.

Sir Benjamin Keene (1745)

O Paxá alcançou seu objetivo, tais são os caminhos do mundo! Será o povo quem sofrerá por isso, e as notícias chegarão às gerações futuras, e esta irá admirar os efeitos de suas idéias engrandecedoras em tudo o que concerne ao seu próprio departamento, se não interferir em outros.

Alexandre de Gusmão a Martinho Velho Oldemberg (1750)

O Portugal do século XVIII é quase inseparável da figura dominante do marquês de Pombal (1699-1782). Para alguns, Pombal, que para todos os efeitos governou Portugal entre 1750 e 1777, é uma grande figura do despotismo esclarecido, comparável a Catarina II da Rússia, a Frederico II da Prússia e a José II da monarquia austríaca. Para outros ele não passa de um filósofo inexperiente e de um tirano maduro. Mesmo antes de Pombal tomar o poder, seus contemporâneos estavam divididos em suas opiniões sobre ele. O testamento político de Dom Luís da Cunha, um dos diplomatas e pensadores políticos mais eminentes de Portugal no século XVIII, recomendava Pombal por seu "temperamentó paciente e especulativo".¹ Outros não eram tão aduladores. Sir Benjamin Keene, que foi o enviado britânico em Lisboa de 1745 a 1749, escreveu sobre ele: "É uma pobre cabeça de Coimbra como nunca vi outra; sendo tão teimoso, tão obtuso, tem a verdadeira qualidade do asno [...] Só devo dizer que um pequeno gênio que tem o intelecto para ser grande gênio em um país pequeno é um animal muito difícil."² Um dos colaboradores mais próximos de Pombal na área da reforma educacional e eclesiástica, Antônio

1. "Máximas sobre a reforma [...] dirigidas ao [...] Sr. D. José [...] por D. Luís Cunha [...]", BNLC, códice 51, f. 178v. Para um exame detalhado sobre as fontes intelectuais das idéias de Pombal, cf. Francisco José Calazans Falcon, *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, 1982.

2. Benjamin Keene a Abraham Castres, outubro de 1745, Sir Richard Lodge, ed.; Benjamin Keene, *The private correspondence of Sir Benjamin Keene*, Cambridge, 1933, p. 72. Keene esteve em Lisboa de 1745 a 1749 antes de ser enviado à Espanha. Abraham Castres foi (desde 1746) cônsul britânico em Lisboa. Ambos faleceram em 1757.

Ribeiro dos Santos, durante um período de autocritica após a morte de Pombal, resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo de Pombal do seguinte modo: “[Pombal] quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo.”³ Esse paradoxo, comum entre os absolutistas europeus do século XVIII mas que encontra talvez o seu exemplo mais extremo em Portugal, é o tema deste livro.⁴

Origem: pequenos
fidalgos

Sebastião José de Carvalho e Melo, natural de Lisboa, provinha de uma família modesta de pequenos fidalgos que serviram como soldados, sacerdotes e funcionários públicos dentro dos confins de Portugal e, ocasionalmente, no ainda extenso império português ultramarino. Seu pai, Manuel de Carvalho e Ataíde (1668-1720), serviu na Marinha e no Exército e foi indicado, em 1708, para a prestigiosa posição de oficial da cavalaria da corte. Seu tio, o sacerdote Paulo de Carvalho e Ataíde, havia recebido em herança propriedades em Lisboa que compreendiam o lugar onde Pombal nasceu e uma área em Oeiras, pequena cidade à margem do estuário do Tejo, perto de Lisboa. Ele se tornou professor da Universidade de Coimbra e foi, mais tarde, arcebispo do patriarcado de Lisboa. Pombal herdou a casa de Lisboa e a propriedade de Oeiras. Foi em Oeiras, após sua volta do serviço diplomático em Viena, em 1750, que ele construiu uma casa de campo impressionante, um jardim elaborado e acumulou vastas extensões de terras com vinhas, amoreiras e aquedutos extensos e dispendiosos.⁵

honras tardias

O poderoso ancestral do ministro não era, contudo, tão ilustre quanto o seu título pode sugerir, nem tão modesto quanto seus inimigos asseveravam. Na verdade, as origens de Pombal pareciam-se muito com as de muitos ministros que os monarcas absolutistas escolhiam para fortalecer o próprio poder e intensificar o do Estado. Suas honras foram-lhe conferidas no final da vida. Recebeu o título de marquês de Pombal em 1769, aos 71 anos de idade, e foi nomeado conde de Oeiras em 1759. Como é conhecido na história como Pombal, essa prática será seguida aqui. É importante recordar que essa condição nobre não foi recebida como herança, mas obtida como recompensa por serviços prestados ao monarca e ao Estado português.

Pombal era o mais velho de doze filhos, quatro dos quais morreram jovens. Seu irmão mais novo, José Joaquim, foi morto em combate nas Índias portuguesas durante o serviço militar. Suas irmãs fizeram-se religiosas.⁶ Dois

3. Citado por C. R. Boxer, *The Portuguese seaborne empire, 1415-1825*, Oxford, 1963, p. 191.

4. Cf. o instigante exame na historiografia recente do despotismo esclarecido em Derek Beales, *Joseph II in the shadow of Maria Theresa, 1741-1780*, Cambridge, 1987, pp. 1-16.

5. Poucas pesquisas foram feitas sobre as extraordinárias propriedades acumuladas por Pombal em Oeiras, que, juntamente com a virtual reconstrução do próprio palácio de Oeiras durante seu governo, também implicou o desenvolvimento de uma série de jardins maciçamente barrocos e de uma propriedade agrícola e industrial com vinhas, amoreiras e uma associação de aquedutos, lagos piscosos e manufatura de seda. A maioria dessas construções e propriedades rurais foi alienada no século XX e caiu em um péssimo estado. Para uma série pioneira de artigos sobre essa maravilha do século XVIII, hoje largamente destruída, cf. José Meco, “O palácio e a quinta do marquês em Oeiras: algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal”, em *Pombal revisitado*, 2 vols., Lisboa, 1983, II, pp. 158-171; e o seu “Azulejos pombalinos”, no catálogo *Exposição Lisboa e o marquês de Pombal*, 3 vols., Lisboa, Museu da Cidade, 1982, III, pp. 49-66.

6. Para as ligações da família de Pombal, cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O marquês de Pombal: o homem, o diplomata e o estadista*, Lisboa, 1982. E também o exame genealógico de J. T. Montalvão

de seus irmãos, Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770) e Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), tornaram-se colaboradores muito próximos em sua administração e um terceiro irmão, frei Diogo de Carvalho, viveu na Itália, onde ensinou filosofia em Ascoli Piceno.⁷ Paulo de Carvalho, sacerdote, elevado a cardeal pelo papa Clemente XIV, tornou-se inquisidor-geral e presidente do Conselho Municipal de Lisboa (posição para a qual Pombal indicou seu filho mais velho, Henrique, após a morte do irmão). Mendonça Furtado serviu como governador e capitão-geral nas províncias brasileiras de Grão-Pará e Maranhão (área que cobria essencialmente, na época, o vasto vale do rio Amazonas). Mais tarde, em Lisboa, trabalhou estreitamente ligado a Pombal como ministro para os domínios ultramarinos.⁸ A família era muito unida. Nem Mendonça Furtado nem Paulo de Carvalho se casaram, e ambos combinaram seus recursos financeiros e propriedades no interesse de Pombal. Há um retrato notável dos três, de braços dados, no teto da mansão de Oeiras, intitulado *Concordia Fratrum* (prancha colorida 1).

Após a morte de seu pai, com a família enfrentando dificuldades financeiras severas e dependendo de seu tio arcepreste, Pombal deixou a capital e passou sete anos administrando a propriedade rural pertencente à sua família em Gramela, ao norte da cidade de Pombal, na região central de Portugal.⁸ A causa do exílio rural de Pombal não é clara, mas em correspondência privada com seus filhos, no final da vida, ele o atribuiu a discussões familiares.⁹ Durante esse período (1723) ele fugiu para se casar com uma viúva, sobrinha do conde de Arcos, Dona Teresa de Noronha e Bourbon Mendonça e Almada, um acerto que o ligou à alta nobreza.¹⁰ Mas a família Noronha opunha-se a esse casamento por não considerar o futuro marquês de Pombal um par adequado. Foi uma união sem filhos e, após a morte da esposa, Pombal casou-se segunda vez (1746), quando ocupava o cargo de enviado português em Viena. Sua segunda esposa, com a qual teve cinco filhos, foi Maria Leonor Ernestina Daun (Fig. 1). A condessa de Daun era sobrinha do marechal Heinrich Richard Graf von Daun, que foi figura eminente na guerra austríaca de sucessão e no resultado da Guerra dos Sete Anos, como comandante-em-chefe das forças armadas da monarquia austríaca; foi o ministro de estado responsável por um programa radical de reforma do Exército.¹¹ O segundo casamento de Pombal recebeu também as bênçãos pessoais da imperatriz Maria Teresa.¹⁰ Maria Teresa, na verdade, interessou-se mais do que de costume por essa união, dizendo à nova esposa de Pombal, em correspondência privada, que ela “devia a preser-

Machado, *Quem livrou Pombal da pena de morte*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1979, pp. 70, 390.

7. As notas de introdução de José Barreto para Sebastião José de Carvalho e Melo, *Escritos econômicos de Londres (1741-1742): seleção, leitura, introdução e notas de José Barreto*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1986, p. lxxvii, n. 65.

8. Ercília Pinto, *O marquês de Pombal: lavrador e autodidata em Souré*, Coimbra, 1967, pp. 12, 29, 34.

9. Cf. o estudo de Joaquim Veríssimo Serrão, *O marquês de Pombal*, pp. 18-19. Cf. também Marcus Cheke, *Dictator of Portugal: A life of the Marquis of Pombal*, Londres, 1938, pp. 18-19 e João Lúcio d'Azevedo, *O marquês de Pombal e a sua época*, 2ª ed., Lisboa, 1922, p. 61.

10. Sobre Daun, Derek Beales, *Joseph II*, II, pp. 92, 140, 163-184.

vação da monarquia” à família Daun.¹¹ O casamento de Pombal foi bem recebido também em Lisboa pela esposa austríaca de Dom João V (1707-1750), Maria Ana da Áustria. O enviado português em Roma observou, acidamente, que foi o casamento com a condessa de Daun que garantiu a Pombal a posição de ministro em Lisboa. Foi Maria Ana da Áustria, na verdade, a rainha regente de Portugal durante a enfermidade fatal de seu marido, que chamou Pombal para voltar de Viena em 1749 e ocupar o Ministério em Lisboa. Pombal contava na época 50 anos de idade.¹² Sua preeminência e poder coincidiram exatamente com o reinado de Dom José I (1750-1777), monarca que preferiu a ópera e a caça ao governo. Após o terremoto de Lisboa, em 1755, ele deu autoridade virtualmente completa ao ministro.

A experiência diplomática considerável de Pombal resultou da intervenção de seus familiares. Ao voltar para Lisboa de seu auto-exílio em Gramela, seu tio arcepreste havia acertado uma posição com a nova Academia Real da História Portuguesa e também apresentou o seu sobrinho a João da Mota e Silva, o cardeal da Mota, que era o primeiro-ministro *de facto* de Dom João V. A Academia Real da História Portuguesa havia sido fundada por Dom João V, em 1720, com a intenção de fortalecer as reivindicações dinásticas e absolutistas da família Bragança. O papel de Pombal aqui foi, até certo ponto, uma reabilitação para a família Carvalho, já que o pai de Pombal caiu em desgraça por apresentar progenitores falsos. Em 1738, Dom João V reorganizou seu governo em um sistema de secretários de estado, e Marco Antônio de Azevedo Coutinho, que havia sido embaixador na França (1721-1728) e na Inglaterra (1735-1738), foi chamado de Londres para ocupar a posição de ministro dos assuntos exteriores e da guerra. Pombal e Azevedo Coutinho eram primos, embora Pombal sempre se referisse ao seu ilustre parente como “tio”, e Azevedo Coutinho, por seu lado, enviou Pombal a Londres para substituí-lo.¹³

Assim, de 1739 até 1743 Pombal representou o rei português na corte de St. James. O período era crucial para a cristalização de idéias e mitologias expansionistas e imperiais na Grã-Bretanha. Esses foram anos críticos — a época da Guerra da Orelha de Jenkins e do ataque de Vernon a Cartagena, o grande baluarte para o controle estratégico da Espanha sobre as rotas de comércio originárias de seus domínios na América do Sul. Para Pombal, a ameaça que os britânicos impuseram aos vastos e ricos domínios portugueses na América do Sul tornou-se uma grande preocupação. A “inveja do nosso Brasil, tão forte nos corações britânicos,” como ele disse, “no final irá levá-los a atacar a América portuguesa.”¹⁴ Estava convencido de que os britânicos tinham proje-

11. Correspondência entre Maria Teresa e a condessa de Oeiras, impressa no apêndice do livro de John Athelstone Smith, *The Marquis of Pombal*, 2 vols., Londres, 1843, II, pp. 376-377.

12. A. Castres, cônsul britânico em Lisboa, ao informar Londres da morte súbita do ministro Azevedo Coutinho, em 25 de maio de 1750, reportou que Pombal “era poderosamente apoiado pela rainha”. Cf. PRO SP 89/47, f. 109. Mais tarde, em 3 de agosto de 1750, Castres, escrevendo para N. Aldword, asseverava que a promoção ao posto de ministro se devia à influência de sua esposa austríaca e ao apoio da rainha. Cf. PRO SP 89/47, f. 145.

13. Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal* [...], pp. 72-73.

14. “Ofício [...] [Carvalho e Melo]”, Londres, 8 de julho de 1741, *RIHGB*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, 1863, pp. 504-514; Richard Koebner, *Empire*, 2ª ed., Nova York, 1961, p. 82; Vincent T. Harlow, *The founding of the second British empire, 1763-1793*, 2 vols., Londres, 1952, 1964, II, pp. 626-630;

Londres

Inglaterra e a “ambição pelo Brasil”

tos quanto ao rio da Prata e acreditava que havia um esquema em andamento, em 1739, para estabelecer uma colônia britânica no Uruguai, financiada com capital judaico e baseada em uma idéia de João da Costa.¹⁵

Colônia de Sacramento

Na verdade, em 1739 o governo britânico havia proposto uma convenção anglo-portuguesa que iria fornecer uma esquadra naval para ajudar a aliviar o cerco a Colônia do Sacramento, posto avançado português no lado norte do estuário do rio da Prata, mas sob a condição de que os navios mercantes e de guerra britânicos contassem com livre acesso aos portos brasileiros enquanto durasse a guerra contra a Espanha. Isso os portugueses não aceitariam e Pombal viu nessa convenção proposta uma ligação com o esquema de João da Costa. Dom Luís da Cunha, que fazia anotações nas mensagens de Pombal, observou que seria preferível ter os espanhóis, que haviam estabelecido Montevideu como contrapeso para Colônia, a ter a possibilidade de uma colônia britânica no Uruguai: "Vizinho por vizinho," escreveu, "quanto menor o poder, menor o mal."¹⁶

Cardeal Mota: modernização

Pombal ficou ofendido pelo modo descuidado com que os britânicos consideravam a relação anglo-portuguesa certa e segura. Persuadiu-se de que era essencial entender as origens da superioridade comercial e militar da Grã-Bretanha e da fraqueza econômica e política e da dependência militar de Portugal. Os padrinhos de Pombal em Portugal, durante o reinado de Dom João V, haviam estado profundamente envolvidos em discussões sobre teorias de governo e estratégias para o desenvolvimento econômico. O cardeal da Mota, por exemplo, favoreceu o estabelecimento da Real Fábrica de Seda do Rato, em Lisboa, em 1730.¹⁷ Ao justificar essa intervenção pelo Estado, o cardeal identificou, em alguns detalhes, um dos problemas centrais que os velhos regimes da Europa enfrentavam, ou seja, a escolha entre o interesse a longo prazo do Estado no desenvolvimento mercantilista e o seu interesse a curto prazo na coleta de impostos. A necessidade mais imediata de financiar as operações do governo quase sempre, do ponto de vista de Da Mota, punham em risco questões mais importantes de encorajamento e apoio ao desenvolvimento econômico.¹⁸

Observações do desenvolvimento inglês

Em Londres, Pombal, que freqüentava o círculo da Royal Society, resolveu investigar as causas, as técnicas e os mecanismos do poder britânico comercial e naval. No processo, conseguiu obter uma apreciação notavelmente sofisticada e detalhada da posição britânica.¹⁹ Os livros que acumulou na sua biblioteca londrina (em sua maioria edições francesas, já que não dominava o inglês) incluíam textos clássicos mercantilistas de autores como Thomas Mun, William Petty, Charles Davenant, Charles King, Joshua Gee e Joshua Child; relatórios selecionados sobre colônias, comércio, mineração, manufatura de tecidos de

15. Cf. David Francis, *Portugal, 1715-1808*, Londres, 1985, pp. 90-91. Cf. também Calazans Falcon, *A época pombalina*, p. 289.

16. Cf. o excelente estudo de José Barreto em suas notas introdutórias em Sebastião José de Carvalho e Melo, *Escritos econômicos*, pp. xvii, xviii, xix e lxvi.

17. Cf. estudo de Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 234-239.

18. Cf. Jorge Borges de Macedo, "O pensamento econômico do cardeal da Mota", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, terceira série, nº 4, Lisboa, 1960.

19. Para Pombal em Londres, cf. também David Francis, *Portugal, 1715-1808*, p. 89.

lã: tratados especializados em açúcar, tabaco, pesca; decretos parlamentares sobre comissão por tonelagem e por libra; frota mercante e navegação; fraudes em alfândegas; registro de taxas; regulamentos da Marinha britânica; e, acima de tudo, uma grande concentração de trabalhos sobre as companhias britânicas de comércio.²⁰ Pombal escreveu em 1742 que “todas as nações da Europa se engrandecem hoje pela imitação recíproca, cada uma vigiando cuidadosamente as ações das outras.”²¹ Essa vigilância cuidadosa era a sua “obrigação mais interessante em Londres,” disse ele ao cardeal da Mota.²² Pombal usou sua ampla leitura para formular o famoso relatório crítico sobre as vantagens injustas que os britânicos usufruíam em Lisboa e no Porto, vantagens graças às quais, assinalava Pombal, os mercadores portugueses não haviam conquistado privilégios recíprocos na Grã-Bretanha.²³ Pombal concluiu também que as vantagens comerciais para a Grã-Bretanha decorreram não só da “transferência perniciosa de ouro” para pagar bens manufaturados mas também da quase total remessa de lucros comerciais e ainda dos juros ganhos em crédito comercial, taxas de frete e seguros, originadas não só do comércio recíproco como também de uma grande parte do comércio colonial português.²⁴ Acreditava que era essencial para o Estado português empenhar-se em atrair estrangeiros especializados que pudessem dar assistência aos portugueses, que assim adquiririam as habilidades comerciais que lhes faltava e os capitalistas privados portugueses seriam encorajados a investir em companhias comerciais envolvidas no comércio colonial, onde o Estado garantia privilégios exclusivos e a assistência do Tesouro real.²⁵

Os negócios dos territórios portugueses na Índia também foram uma grande preocupação durante a estada de Pombal em Londres. Os maratas haviam tomado a ilha de Salsete e Goa estava cercada. Pombal solicitou a ajuda do governo de Londres, mas a Companhia das Índias Orientais opôs-se a qualquer assistência aos portugueses e era propensa à idéia de expulsar totalmente os portugueses de seus territórios ocupados restantes. Por fim Dom João V enviou uma esquadra portuguesa que chegou tarde demais para evitar a perda de Salsete e outras posições avançadas portuguesas na região de Bombaim. O irmão mais jovem de Pombal, José Joaquim de Carvalho, foi morto nessa época (1740) na defesa de Goa. “Um irmão que criei e que amei também como filho,” foi como o enviado descreveu sua reação a Marco Antônio de Azevedo Coutinho.²⁶

Além disso, com um Sr. Cleland, ele propôs a Lisboa a idéia de estabelecer uma Companhia das Índias Orientais, baseada no modelo inglês.²⁷ John Cleland,

20. Baseado no catálogo dos livros de Pombal em Londres, BNI.CP, códices 165, 167, 342, 343.

21. Citado por J. Lúcio d’Azevedo, *O marquês de Pombal*, p. 40.

22. Citado por Marcus Cheke, *Dictator of Portugal*, p. 33.

23. Para uma excelente coletânea dos escritos de Pombal desse período, cf. Sebastião José de Carvalho e Melo, *Escritos econômicos*. Também analisado por Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 286-289.

24. Cf. introdução e notas por José Barreto em Sebastião José de Carvalho e Melo, *Escritos econômicos*, pp. lii, liv, lxxii.

25. *Ibidem*, p. 41.

26. *Ibidem*, pp. lii, liv, lxxii.

27. Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 290-291.

que, mais tarde, tornou-se conhecido como autor de *Fanny Hill* ou *Memoirs of a woman of pleasure* (1748-1749), passou muitos anos em Bombaim e foi alto oficial da Companhia das Índias Orientais. Ele ofereceu aos portugueses uma coleta de informações secretas detalhadas sobre os planos e as operações da companhia.²⁸ Esse plano visando criar um Companhia das Índias Orientais portuguesa foi bloqueado por inimigos de Pombal em Lisboa mas, assim que Pombal foi enviado a Viena, um esquema similar foi formulado pelo círculo ao redor de Alexandre de Gusmão. Pombal acreditava que sua indicação para a Europa central fora planejada para mantê-lo distante das questões comerciais, e seu compromisso ingrato com as questões da mediação papal austríaca foi deliberadamente planejado para sobrecarregá-lo com uma tarefa que poderia muito bem arruinar-lhe a reputação.²⁹

Viena

Na verdade, o cargo de Pombal na Áustria deu um impulso decisivo à sua carreira. Ele chegou a Viena, via Londres, em 1745. Sua atividade na capital austríaca alcançou sucesso considerável, apesar de suas reclamações. Em Viena, a “habilidade, probidade, amabilidade e, especialmente, a grande paciência” do enviado português conquistaram elogios da corte inteira, segundo o ministro francês.³⁰ Em termos de contatos em Viena, Pombal encontrou um aliado bem-colocado ao se tornar amigo muito íntimo de Manuel Teles da Silva, emigrado português de linhagem aristocrática que galgou altos postos dentro do Estado austríaco. Manuel Teles da Silva, quando garoto, fugira de Portugal às escondidas em um navio comerciante junto com o príncipe Manuel, irmão de Dom João V. Ao chegar a Haia, onde o conde de Tarouca, pai de Manuel Teles da Silva, era embaixador português, os jovens recusaram-se a se deixar dissuadir da aventura e seguiram até Viena, onde o príncipe Manuel uniu-se ao príncipe Eugênio na campanha turca. O príncipe ficou na Áustria cerca de vinte anos, retornando a Portugal somente em 1735.³¹ Manuel Teles da Silva permaneceu na Áustria pelo resto da vida. Foi feito duque Silva-Tarouca pelo imperador austríaco Carlos VI em 1732, serviu no importante posto de presidente do conselho dos Países Baixos e da Itália e foi confidente da imperatriz Maria Teresa. Foi um dos padrinhos principais do casamento de Pombal com a condessa de Daun, em 1746.³² “Por oito anos Sua Excelência observou, com uma visão mais firme que a dos olhos de um cabo, a constituição da Grã-Bretanha, suas forças e suas riquezas incidentais,” escreveu o duque Silva-Tarouca a Pombal em 1757, “e por outro período de cinco anos, em Viena da

28. William H. Epstein, *John Cleland, images of a life*, Nova York, 1974.

29. Barreto, em introdução a Sebastião José de Carvalho e Melo, *Escritos econômicos*, pp. xii, xiii, lxiv.

30. Smith, *Pombal*, parte I, pp. 55-56.

31. Francis: *Portugal, 1715-1808*, pp. 14-15.

32. “Certidão de casamento de Sebastião José de Carvalho e Melo”, Viena, 3 de junho de 1748, BNLCP, código 640, fos. 20-23.

33. [Silva-Tarouca] a [Pombal], Schönbrunn, 25 de julho de 1757, “Correspondência entre o duque Manuel Teles da Silva e Sebastião José de Carvalho e Melo”, editada por Carlos da Silva Tarouca, S.J., AAP, segunda série, 6 (1955), p. 379. Essa notável correspondência privada entre Pombal e seu amigo íntimo e admirador fornece uma visão muito pessoal de suas idéias durante a primeira década de sua preeminência. Para um exame sobre o uso de servidores públicos de várias posições por Maria Teresa, cf. Beales, *Joseph II*, I, p. 55.

Áustria, com igual critério e perspicácia, Sua Excelência observou as riquezas e as forças não-incidentais desses Estados fertilíssimos.”³³

A importância da conexão austríaca de Pombal em suas reformas não tem sido apreciada o bastante. O impacto foi mais evidente, claro, na relação com Silva-Tarouca. Mas a influência de sua estada na Áustria se manifesta até na arquitetura doméstica. O palácio de Pombal em Oeiras (Fig. 2), com seu teto alemão de esconso duplo, foi influenciado pelo húngaro Carlos Mardel, que colaborou com Pombal na reconstrução de Lisboa. A ampla reforma e expansão da mansão data de 1750, após a volta de Pombal de Viena, e tem uma semelhança formidável com a propriedade rural do duque Silva-Tarouca em Morávia (prancha colorida III). Silva-Tarouca havia sido o superintendente da reforma arquitetônica do palácio de verão dos Habsburgos em Schönbrunn.³⁴ Como se pode ver no livro de visitas da missão portuguesa em Viena que sobreviveu, Pombal recebeu uma grande variedade de visitantes quando era enviado português na corte de Maria Teresa, incluindo o grande reformista católico holandês Gerhard van Swieten, que foi seu médico particular, assim como a imperatriz e a família desta.³⁵ As medidas de Maria Teresa para reformar o sistema de censura e a Universidade de Viena, ambas dirigidas diretamente contra o monopólio virtual dos jesuítas, começaram sob a proteção de Van Swieten. Em Viena, Pombal teve contato também com o médico cristão-novo português Antônio Nunes Ribeiro Sanches! (Os “cristãos-novos” eram os descendentes dos judeus portugueses, obrigados, em 1497, a abraçar o cristianismo para não serem expulsos.) Van Swieten e Ribeiro Sanches eram amigos e se correspondiam; ambos haviam trabalhado para o grande médico holandês Boerhaave.³⁶

Após a morte de Dom João V, em fins de julho de 1750, a notícia da ascensão de Pombal ao governo chegou a Viena em setembro. O duque Silva-Tarouca escreveu para Lisboa de imediato. “Não somos escravos de costumes e padrões estrangeiros,” disse ao velho amigo. “Conservamos inalteravelmente os nomes, as práticas externas e as instituições nacionais, mas menos ainda somos escravos de preocupações e hábitos antigos. Se há puerilidade nas modas, há insensatez em obstinar-se nos velhos caminhos.” Ele lembrou suas “conversas íntimas” e recomendou que “quando disposições grandes e novas são necessárias, devem sempre ser apresentadas por nomes antigos em roupagem antiga.”³⁷ Tudo indica que Pombal tinha em mente “disposições grandes e novas,” e a recomendação do duque Silva-Tarouca quanto à necessidade de subterfúgio é, em vários aspectos, uma descrição sucinta dos métodos que

34. Cf. Ludwig Scheidl, “Breves apontamentos sobre as reformas públicas na Áustria no período da missão diplomática de Sebastião José Carvalho e Melo em Viena (1744-1749)”, *RHDI/M de P*, I, p. 22.

35. Beales: *Joseph II*, I, p. 44. Para os visitantes, cf. Maria Alcina R.C. Afonso dos Santos, “A vida pública de Sebastião José de Carvalho e Melo em Viena de Áustria (1744-1749)”, *RHDI/M de P*, I, pp. 29-39, especialmente pp. 36-37. Cf. também Smith, Robert C.: *The art of Portugal*, Nova York, 1968, pp. 104-106.

36. Cf. David Willemse, “Antônio Ribeiro Sanches, élève de Boerhaave, et son importance pour la Russie”, *Janus: Revue internationale de l'histoire des sciences* [...], VI, Leiden, 1966.

37. [Silva-Tarouca] a [Pombal], Viena, 25 de setembro de 1750, *AAP*, pp. 277-422, citações das pp. 313-315.

Pombal iria utilizar. Era uma política de reforma disfarçada, como ditada pela prudência, por instituições e linguagens antigas.

Assim, Pombal tomou posse com muita experiência diplomática, com um conjunto de idéias bem formulado e um círculo de amigos e conhecidos que incluía algumas das figuras mais eminentes nas ciências, em especial dentro da comunidade dos expatriados portugueses, muitos dos quais haviam sido forçados a deixar Portugal por causa da Inquisição. As preocupações de Pombal também refletiam as de uma geração de funcionários públicos e diplomatas portugueses que haviam meditado muito sobre a organização imperial e as técnicas mercantilistas que acreditavam houvessem ocasionado o poder e a riqueza surpreendentes e crescentes da França e da Grã-Bretanha e fundamentaram dois aspectos distintos, mas inter-relacionados, do ambiente intelectual em Portugal no século XVIII.³⁸ Primeiro, havia uma base imediata de debates intensos sobre questões fundamentais ligadas à filosofia e à educação. Segundo, havia uma linha de pensamento sobre vários aspectos da economia política de Portugal e do velho enigma que havia sido apresentado aos governantes de Portugal desde o século XIV, com um dilema particularmente cruel: a necessidade de proteger seus interesses nacionais ante desafios militares vindos de inimigos baseados em terra, mas, ao mesmo tempo, sempre enfrentando a necessidade de conter os desafios comerciais de aliados marítimos, cujo apoio raramente chegava livre de custos.

Influências: Descartes, Newton e Locke. Como em outros lugares da Europa, o estímulo ao novo pensamento em Portugal foi dado pelas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke, que durante o século XVII operaram uma ruptura audaciosa da tradição de autoridade, seja bíblica seja aristotélica, e encareceram os méritos do raciocínio, da experiência e da utilidade. Newton, usando o poder da razão, a informação obtida por meio da observação e o sistema matemático que inventou (cálculo diferencial), definiu as leis básicas que governam o movimento tanto na Terra como no espaço. A física newtoniana suscitou a confiança nas potencialidades da pesquisa e do raciocínio. Locke procurou demonstrar que o funcionamento da natureza humana também poderia ser explicado e, portanto, melhorado. A contribuição de Descartes foi a de insistir em que as idéias devem ser analisadas sem preconceito e livres da dependência ou da influência da autoridade reconhecida.³⁹

Os trabalhos mais importantes que se originaram dessa escola intelectual em Portugal incluíram os de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), que tentou adaptar a Portugal algumas das teorias de Locke; os escritos do cristão-novo Dr. Jacob de Castro Sarmiento (1692-1762), que introduziu em Portugal as idéias newtonianas, e os trabalhos do Dr. Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), também cristão-novo e conhecido de Pombal em Viena.

38. Manuel Nunes Dias, "Fomento ultramarino e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1755-1778", *RHSP*, 66, São Paulo, abril-junho 1966, p. 426; Moses Bensabat Amzalak, *Do estudo e da evolução das doutrinas econômicas em Portugal*, Lisboa, 1928, pp. 88-98; [Teles da Silva] a [Pombal], Viena, 3 de novembro de 1755. *AAP*, pp. 346-348.

39. Para um exame excelente da literatura popular publicada disponível na metade do século, em Portugal, cf. Antônio Alberto Banha de Andrade, *Vernei e a cultura de seu tempo*, Coimbra, 1966, pp. 119-125.



2 O palácio do marquês de Pombal em Oeiras, visto do lado do jardim

Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743) viajou extensamente pela Europa, conheceu Christian Wolff na Saxônia e W. Gravesande na Holanda e estudou com eles as idéias de Leibniz e Newton. Ele foi, como Pombal, associado à Academia Real da História Portuguesa e mais tarde serviu como governador interino da capitania de Minas Gerais, Brasil, e do distrito de mineração de Cuiabá, no extremo oeste brasileiro.⁴⁰ Proença serviu também como bibliotecário na Biblioteca Real e como guardião do arquivo nacional. Foi ele o autor dos *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734), obra muito influenciada por Locke, Fénelon e Rollin. Proença recomendava aos professores que insistissem não só com o latim mas também com a geografia, a história, a matemática e o direito. Ribeiro Sanches desenvolveu planos para a reforma do ensino médico em Portugal já em 1730. Deixara Portugal em 1726 para fugir da Inquisição, trabalhando daí em diante na Inglaterra, Holanda, Rússia e, finalmente, França, onde de 1747 até sua morte, em 1783, foi colaborador dos enciclopedistas e escreveu sobre medicina, pedagogia e economia.⁴¹ Ribeiro Sanches escreveu também sobre a reforma educacional em suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (Paris, 1759).⁴² Castro Sarmento procurou de-

40. Francis. *Portugal, 1715-1808*, p. 83. Para as atividades de Castro Sarmento e Ribeiro Sanches em Londres, cf. *The Portuguese Jewish community in London (1656-1830)*. Londres, 1992, pp. 10-11.

41. Rômulo de Carvalho. *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa, 1982.

42. Cf. estudo de Banha de Andrade, *Contributos [...]*, pp. 654-656.

envolver uma relação entre a Academia Real de História, de Lisboa, e a Royal Society de Londres. Enquanto se encontrava em Londres, Pombal interveio para proteger Castro Sarmiento das autoridades britânicas encarregadas do imposto de renda (ele dedicou a Pombal um trabalho publicado em Londres em 1742).⁴³ Castro Sarmiento começou a tradução do *Novum Organon* de Francis Bacon e manifestou o desejo de ver instituído um jardim botânico na Universidade de Coimbra. Dedicou a sua *Cronologia newtoniana epitomizada* (1737), tradução de um ensaio histórico de Newton escrito para a educação do príncipe de Gales, ao príncipe Dom José, futuro rei de Portugal. Seu *Matéria médica-física-histórica-mecânica. Reino mineral* (Londres, 1735) foi dedicado a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, tio de Pombal. Castro Sarmiento traduziu também a teoria de Newton sobre as marés, sob o título *Teórica verdadeira das marés conforme a filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton* (Londres, 1737). Esses trabalhos compreendiam as “primeiras tentativas sérias,” segundo o professor Banha de Andrade, “para implantar em Portugal estudos práticos no lugar de teorias abstratas.”⁴⁴

A maior influência nesse processo de inovação pedagógica foi o oratoriano Luís Antônio Vernei, (1713-1792), autor de *O verdadeiro método de estudar*, publicado pela primeira vez em Nápoles, em 1746.⁴⁵ *O verdadeiro método de estudar* era um manual eclético de lógica, um método de gramática, um livro sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha dezenas de cartas sobre todos os tipos de assunto. Luís Antônio Vernei, nascido em Lisboa de pai francês e mãe portuguesa, passou a maior parte de sua vida adulta na Itália (chegou a Roma em 1736), onde se fez amigo de um importante enciclopedista italiano, Ludovico Antonio Muratori (1672-1750), e foi membro da Arcádia Romana.⁴⁶ Vernei serviu durante algum tempo como secretário do enviado português ao Vaticano, Francisco de Almada e Mendonça, primo de Pombal. Paraphraseando Newton, Vernei escreveu que “filosofia é conhecer as coisas através das causas ou saber a verdadeira causa das coisas.”⁴⁷ Vernei acreditava que a gramática devia ser ensinada em português, e não em latim, foi um firme adepto dos métodos experimentais e se opunha a um sistema de debate baseado na autoridade.

A conseqüência mais imediata desse debate filosófico em Portugal foi levantar a questão da influência da Companhia de Jesus. Isto se deu porque os jesuítas mantinham um quase monopólio da educação superior e eram, do ponto de vista de seus oponentes, os principais defensores de uma tradição escolástica morta e estéril, inadequada à idade da razão. Os jesuítas eram, na

43. Cf. notas de José Barreto em *Escritos econômicos*, p. lxxvii.

44. Banha de Andrade, *Vernei*, pp. 126-127.

45. Joaquim de Carvalho, *Jacob de Castro Sarmiento et l'introduction des conceptions de Newton au Portugal*, Lisboa, 1935.

46. Para Muratori, cf. Beales, *Joseph II*, p. 47, especialmente nota; Franco Venturi, *Settecento riformatore*, I, *Da Muratori a Beccaria (1730-1764)*, Turim, 1969.

47. Para uma breve introdução, cf. A. A. Banha de Andrade, *Vernei e a projeção de sua obra*, Lisboa, 1980, que contém, em um apêndice, extratos da correspondência de Vernei com Muratori. Valioso também é o estudo amplo de J. S. da Silva Dias, “Portugal e a cultura européia, séculos XVI a XVIII”, *Biblio* 28 (1953), e Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 208-210.

Vernei

Companhia de
Jesus

verdade, bem menos fechados às idéias modernas do que seus inimigos afirmavam. O inventário dos livros da Universidade de Évora continha trabalhos de Bento Feijó, Descartes, Locke e Wolff. O Colégio dos Jesuítas em Coimbra possuía o *Verdadeiro método* de Vernei.⁴⁸ Em Portugal, os jesuítas tinham o direito exclusivo de ensinar latim e filosofia no Colégio de Artes, a escola preparatória obrigatória para ingresso nas faculdades de teologia, leis canônicas, leis civis e medicina da Universidade de Coimbra. A única outra universidade de Portugal, a de Évora, era uma instituição jesuítica. No Brasil, os colégios jesuíticos eram as principais fontes para a educação secundária. E no que restava do império de Portugal na Ásia os jesuítas haviam sido a força dominante desde os primórdios da expansão portuguesa no Oriente.

Como em toda parte na Europa, contudo, muita discussão importante teve lugar em debates privados ou em sociedades filosóficas. Um dos grandes círculos de críticos do *status quo* em Portugal, desde a virada do século, estava centrado ao redor dos Ericeiras, uma família que se tornou famosa pelo terceiro conde, Dom Luís de Meneses (1632-1690), um proponente do desenvolvimento mercantilista e da política econômica colbertiana em Portugal durante o século XVII. Dom Francisco Xavier de Meneses, quarto conde de Ericeira (1674-1743), manteve estreito contato com cientistas de fora de Portugal. Na verdade, ele foi responsável pela comunicação entre Dom João V e Dr. Sarmento, o que levou a consultar Sarmento sobre a reforma dos estudos médicos em Coimbra.⁴⁹ Ericeira havia sido nomeado membro da Royal Society, de Londres, em 1738. Escrevendo a Dom Luís da Cunha, em 1741, ele dizia: "Como membro recente da Academia de Londres, repudio o cartesianismo pelo newtonianismo" e confessava que lia muito o "Sr. Voltaire".⁵⁰ Muitos conclaves de indivíduos, de curta duração, organizados para discutir questões científicas e filosóficas, desenvolveram-se sob a proteção de Ericeiras. Um deles, a Academia dos Ilustrados, reunia-se, em 1717, na casa do tio de Pombal em Lisboa.⁵¹ O quarto conde de Ericeira foi um dos membros mais ilustres da Academia dos Ilustrados e diretor da Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720. Patrocinou a eleição de Pombal para a Academia em 24 de outubro de 1733. Pombal foi o autor de um panegírico do quinto conde de Ericeira que parece ter sido publicado pela primeira vez em Londres.⁵²

Os padres também tiveram um papel importante na introdução de novas idéias. Ao contrário do Norte da Europa, onde os proponentes da filosofia racionalista e da experimentação científica "moderna" tornaram-se críticos acerbos da Igreja e da religião, em Portugal alguns dos mais francos defensores (e também profissionais) da reforma educacional saíram da instituição religiosa. A atividade da congregação do Oratório, que chegou a Portugal após a restauração da independência,

48. "Inventário dos livros que se acharam em a livraria grande do colégio desta cidade de Évora", ANTT, Min Just. M22; ANTT, "Registro das ordens ministerio do reino", vol. 417, arquivos 76 e 52 v; Min Just M22; "Orden régio de sequestro inventário", 19.I, 1759. ANTT, Min Just rolo 20, ANTT, Min Just rolo 17.

49. Banha de Andrade, *Vernei*. pp. 136-139.

50. *Ibidem*, p. 139.

51. Rômulo de Carvalho, *A física experimental em Portugal*, p. 64.

52. "Declaração que fez o conde da Ericeira sendo director da Academia Real da História Portugueza na conferencia de 24 de outubro de 1733". BNL. fundo geral número 875.

em 1640, e à qual pertencia Vernei, foi notável. A congregação de São Felipe de Néri, uma sociedade de padres seculares, assumiu a liderança na introdução de experimentações científicas, em Portugal, como haviam feito por toda a Europa católica. Foram os maiores adversários dos jesuítas no debate sobre modelos pedagógicos. Os oratorianos foram os grandes promotores das ciências naturais, tendo introduzido em Portugal as idéias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi. Também enfatizaram importância da língua, da gramática e da ortografia portuguesa, que acreditavam deveriam ser estudadas diretamente e não através do latim.⁵³ A biblioteca dos oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades continha mais de trinta mil volumes e um pequeno laboratório experimental, com uma coleção de instrumentos científicos para o curso de física que eles administravam. Os membros da família real assistiam ocasionalmente às sessões desse curso, e Pombal mandou seus dois filhos, Henrique José (n. 1748) e José Francisco (n. 1753), estudarem com os oratorianos no convento de Nossa Senhora das Necessidades.⁵⁴ O Cavalheiro de Courtils, que visitou o convento em 1755, encontrou ali “uma quantidade prodigiosa de livros em todas as línguas, manuscritos muito raros, instrumentos matemáticos e um telescópio. Os oratorianos são, dentre todos os monges do reino, os mais amáveis e os mais sábios [...] quase todos esses bons padres falam francês.”⁵⁵

Vernei era um oratoriano, claro, e seu *Verdadeiro método* produziu uma polêmica furiosa conduzida, principalmente, entre os oratorianos e os jesuítas. Entre a sua publicação e 1757, mais de quarenta livros apareceram em resposta a Vernei. A disputa com os jesuítas foi agravada pelo fato de que eruditos jesuítas discerniam uma grande dose de jansenismo nos argumentos de Vernei, em especial nas suas posições sobre o papado e a jurisdição da Igreja católica.⁵⁶

Além do debate filosófico, que foi característico da Europa católica nesse período, havia uma importante corrente de pensamento específica de Portugal. Era um conjunto de idéias e discussões sobre governo, economia e diplomacia que surgiu na primeira metade do século XVIII, em um grupo pequeno mas influente de representantes ultramarinos e ministros do governo de Portugal. Às vezes os membros desse grupo eram chamados pejorativamente de “estrangeirados”, devido à sua suposta obsessão por modelos estrangeiros.⁵⁷ Mas na verdade a preocupação deles era, no fundo, um produto do meio português. Dom Luís da Cunha, sucessivamente embaixador português na Inglaterra, na República Holandesa, na Espanha e na França e representante

53. Dom João V concedeu o convento de Nossa Senhora das Necessidades aos oratorianos em 1744 com a condição de ministrarem aulas de doutrina cristã, retórica e gramática, filosofia moral e teologia. Cf. Manuel H. Corte-Real. *O palácio das Necessidades*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 1983, pp. 14-19.

54. Banha de Andrade, *Contributos*, p. 421; cf. também o exame de Tarcísio Beal, “Os jesuítas, a universidade de Coimbra e a igreja brasileira: subsídios para a história do regalismo no Brasil, 1750-1850” (tese de doutorado em filosofia, não-publicada), Catholic University of America, 1969, pp. 7-8.

55. “Extraits du journal de la campagne des vaisseaux du roy en 1755 par le Chevalier des Courtils”, *BEP*, 26 (1965), p. 18.

56. Banha de Andrade, *Vernei*, pp. 233-234.

57. Cf. J. Borges de Macedo para um exame sobre “estrangeirados”, no *Dicionário de história de Portugal*, ed. Joel Serrão, 6 vols, Lisboa, 1979, II, pp. 466-473.



Dom Luís da Cunha

3 Dom Luís da Cunha (Biblioteca Nacional, Lisboa)

português no Congresso de Paz de Utrecht e Cambrai, foi o mais formidável desses pensadores e autor de uma análise abrangente das fraquezas de Portugal e dos meios para remediá-las (Fig. 3).

Essas discussões, ao contrário das disputas entre filósofos e pedagogos, ocorriam quase sempre na intimidade e eram baseadas na longa tradição do pensamento econômico e diplomático português que adveio da experiência nas décadas que se seguiram ao restabelecimento da independência de Portugal em relação à Espanha em 1640. Menos preocupado com o impacto específico, em Portugal, da descoberta de ouro no Brasil, esse debate enfocava os parâmetros mais amplos da posição de Portugal no sistema internacional e

confrontava diretamente tanto as restrições como as opções com as quais um país pequeno como Portugal, parte da península Ibérica, mas independente da Espanha, precisava conviver. O centro dessas discussões era o problema de conservar e explorar os consideráveis bens de ultramarinos que Portugal controlava na Ásia, África e América e desenvolver um mecanismo para concorrer com a dominação econômica britânica sem enfraquecer a aliança política e militar necessária para conter a Espanha.

A crítica acerba de Dom Luís da Cunha às relações internacionais e à situação social e mental de Portugal estavam contidas tanto em suas "instruções" ao tio e patrocinador de Pombal, Marco Antônio de Azevedo Coutinho (1738), como em seu testamento político (1748).⁵⁸ Dom Luís da Cunha inseria os problemas de Portugal no contexto de sua relação com a Espanha, sua dependência e exploração econômica pela Grã-Bretanha e no que ele acreditava ser a fraqueza auto-imposta de Portugal no tocante à falta de população e de espírito de iniciativa. Essa triste situação mental e econômica, ele a atribuía ao número excessivo de religiosos, à atividade da Inquisição e à expulsão e perseguição dos judeus. O Tratado de Methuen (1703) havia sido, segundo ele, um acordo que beneficiava somente a Grã-Bretanha. Elogiava a efêmera tentativa de Ericeira de introduzir a indústria manufatureira em Portugal no fim do século XVII. Propôs a criação de companhias comerciais monopolistas, seguindo os modelos holandeses e britânicos. Não tinha ilusões quanto ao fim e ao impacto desses empreendimentos comerciais. Não há dúvida — escreveu ele — de que tais companhias, no fundo, não passam de monopólios defendidos pelo Estado, porque tiram das pessoas a liberdade de iniciar certas atividades comerciais. Mas os Estados devem tomar tal atitude quando vêem que, apesar de essas intervenções serem prejudiciais para certas pessoas, de outros pontos de vista, elas são de grande utilidade.⁵⁹ A dependência de Portugal com relação ao Brasil tornou-se tão aguda no início do século XVIII que Dom Luís da Cunha previu a conseqüente transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. O rei tomaria o título de "Imperador do Ocidente" e nomearia um vice-rei para governar em Lisboa. Em suas "instruções" de 1738 a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, Dom Luís da Cunha antevia o império português na América estendendo-se do rio da Prata e do Paraguai até o norte do estuário do Amazonas. "É mais seguro e conveniente estar onde há abundância de tudo," escreveu ele, "do que onde é preciso esperar pelo que se quer."⁶⁰ Pombal, que também demonstrou uma preocupação especial com a importância e o potencial do Brasil, acreditava que o papel central do Estado era promover o bem-estar econômico e criar modelos por meio de sua interpretação da experiência dos países europeus mais desenvolvidos. A reduzida estatura européia das nações ibéricas no século XVIII, juntamente com a continuidade do papel

58. Para um excelente estudo sobre as idéias de Dom Luís da Cunha, cf. Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 247-258.

59. Academia das Ciências de Lisboa, *Instruções inéditas de Dom Luís da Cunha a Marco Antônio de Azevedo Coutinho*, ed. Pedro de Azevedo, com um prefácio de Antônio Baião, Coimbra, 1929, pp. 139, 211, 214, 215.

60. Citado também por C. R. Boxer, *The golden age of Brazil, 1695-1750*, Berkeley and Los Angeles, 1962, pp. 323-324.

D. Luís da
Cunha

transferência
de corte

de suseranos de vastos territórios ultramarinos, gerou entre os estadistas, tanto portugueses como espanhóis, da geração de Pombal a consciência aguda de que a eficácia governamental e a consolidação imperial eram essenciais para que um dos países viesse a reconquistar sua influência e poder em um mundo de crescente competitividade e inveja.

Apesar dessas agitações intelectuais, contudo, no meado do século o país que Pombal iria governar durante quase três décadas tinha uma imagem triste no resto da Europa. O escritor racionalista do século XVIII que precisasse de um estereótipo de superstição e atraso quase que invariavelmente recorria a Portugal. Voltaire resumia bem essa atitude. Ao escrever sobre o monarca português Dom João V, com toda a sua riqueza em ouro, ele observou: "Quando queria uma festa, ordenava um desfile religioso. Quando queria uma construção nova, erigia um convento. Quando queria uma amante, arrumava uma freira."⁶¹ Havia, claro, um núcleo de verdade nesses preconceitos. Dom João V teve longos relacionamentos amorosos com várias freiras (Fig. 4). O rei teve muitos filhos com Madre Paula (Teresa da Silva), entre eles Dom José, que se tornou inquisidor-geral. Outro filho, Dom Antônio, nasceu de uma francesa, enquanto Dom Gaspar, que se tornou bispo de Braga, era filho do rei com Dona Magdalena de Miranda, uma dama de companhia da corte. Esses três filhos foram reconhecidos pelo rei.⁶² Também é fato que Dom João V realmente gastou vastas somas de ouro brasileiro para construir seu grande mosteiro-palácio em Maфра (Fig. 5). E em 1750 Portugal, com uma população de menos de três milhões de pessoas, contava com um verdadeiro exército no clero: duzentos mil membros, segundo algumas estimativas.⁶³ O número de conventos e mosteiros havia chegado a 538 por volta de 1780.⁶⁴ Charles Boxer comentou que o Portugal do século XVIII foi "mais dominado por sacerdotes do que qualquer outro país do mundo, com a possível exceção do Tibete."⁶⁵ Também é verdade que os portugueses queimaram pessoas na fogueira em cerimônias públicas até 1761. A tortura e a destruição pública, em 1759, de membros das duas famílias mais ilustres de Portugal, acusados de tentativa de assassinato do rei Dom José I no infame caso Távora, chocou particularmente os estrangeiros. Muito embora tal consternação, cabe notar, se devesse menos à tortura, quebra de braços e pernas e queima na fogueira do que ao fato de as vítimas serem aristocratas e não pessoas comuns, nem judeus, nem hereges, pois semelhante tratamento tinha sido coisa comum na península Ibérica durante séculos (Fig. 6).

O contraste entre a visão dos estrangeiros e a imagem do século XVIII dentro de Portugal, contudo, é notável. O período, especialmente após a década de 1750, é visto em Portugal como a própria corporificação do Iluminismo.

61. Citado em Susan Schneider, *O marquês de Pombal e o vinho do Porto; dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1980, p. 8.

62. Francis: *Portugal, 1715-1808*, p. 20.

63. Cf. Carl A. Hansen, "D. Luís da Cunha and Portuguese mercantilist thought", *JAPS* 15, 1981, pp. 15-23. Cf. também o excelente livro de Carl A. Hansen *Economy and society in baroque Portugal, 1668-1703*, University of Minnesota Press, Minneapolis, 1981.

64. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Coimbra, 1910-1922. III, pp. 521-522.

65. Boxer, *The Portuguese seaborne empire*, p. 189



4 Dom João V, em um retrato contemporâneo

Entre os desenvolvimentos mais importantes está a atividade legislativa, que deixou intactos poucos aspectos da vida portuguesa. Isso incluía o estabelecimento do primeiro sistema educacional financiado pelo Estado, a reforma completa da Universidade de Coimbra, a redução do poder da Inquisição, a abolição da escravatura em Portugal (mas não nas colônias) e a modernização do



5 O convento-palácio de Mafra, numa fotografia de 1892 (Arquivo Nacional de Fotografia)

Exército. Um Tesouro real com sistema de contabilidade centralizado e poderes fiscais uniformes foi estabelecido e seu primeiro administrador foi designado, seguindo a prática britânica, primeiro-ministro do rei. Acima de tudo, a reconstrução de Lisboa, após a devastação do terremoto de 1755, é considerada um modelo de planejamento urbano do Iluminismo. Nas colônias, em especial no Brasil, pode-se dizer que houve uma reforma completa da estrutura administrativa: a criação de companhias por ações, a criminalização da discriminação contra os ameríndios na América portuguesa e contra os asiáticos na Índia portuguesa e o fim da distinção entre os chamados cristãos-velhos e cristãos-novos. Os historiadores portugueses certamente concordarão em que o Portugal do século XVIII era governado por um regime autoritário e absolutista. Tratava-se, contudo, de um regime inspirado por um absolutismo lógico, e seu autoritarismo era essencial para o processo de restabelecimento do controle nacional sobre a economia e revitalização do Estado.⁶⁶

Há muitas razões especiais para o contraste de visões de fora e de dentro do país, e convém enumerar algumas no princípio, pois é importante ter presente o que são e como se originaram.

Uma causa importante da natureza sectária da discussão sobre o despotismo esclarecido em Portugal foi uma decorrência da formidável promoção, por Pombal, da propaganda do Estado. O exemplo mais notável dessa atividade foi a perseguição sistemática aos jesuítas. A administração pombalina estimulou e subsidiou por toda a Europa uma campanha virulenta contra a ordem. O próprio Pombal estava intimamente envolvido na concepção e na formulação do extraordinário texto de propaganda conhecido como *Dedução cronológica e analítica*.

66. Cf. um bom sumário de J. Borges de Macedo, *Dicionário de história de Portugal*, V, pp. 113-121.

Esse texto dividia a história de Portugal entre o útil e o desastroso, inversamente ligados ao crescimento da influência dos jesuítas. Defendia uma visão rigorosamente monárquica no que diz respeito à Igreja em Portugal. O professor Samuel Miller descreve o trabalho, justificadamente, como “uma monótona repetição de todas as acusações que já se levantaram contra os jesuítas por qualquer pessoa em qualquer época.”⁶⁷

A história do ataque empreendido pelas coroas portuguesa e espanhola às missões jesuíticas às margens do rio Uruguai, na América do Sul, no fim da década de 1750, também foi camuflada e se definiu, para muitos, por outro texto de propaganda financiada e apoiada pelo Estado, a *Relação abreviada*. Publicada em português, italiano, francês, alemão e inglês, a *Relação abreviada* foi a narrativa da campanha militar de Portugal e Espanha unidos contra as missões jesuíticas situadas no local onde hoje é a fronteira sul do Brasil. Estima-se que cerca de vinte mil cópias foram distribuídas. Esse texto foi uma grande arma na batalha que se travava na Europa inteira e que levou à supressão dos jesuítas pelo papa Clemente XIV, em 1773. O sucesso da ofensiva propagandística portuguesa tem muita relação com a receptividade que as idéias de Pombal encontraram entre outros reformadores católicos no sul da Europa. Bernard Tanucci, por exemplo, o poderoso ministro de Carlos de Bourbon, rei de Nápoles (mais tarde Carlos III da Espanha), lastimou a ferocidade e a mera *raison d'état* de Pombal, mas aprovou-lhe os objetivos.⁶⁸ Como Franco Venturi mostrou, Veneza e Roma, em particular, especializaram-se na atividade de imprimir e reimprimir *cose del Portogallo*.⁶⁹ A *Relação abreviada* e a *Dedução cronológica e analítica* representaram, portanto, uma historiografia oficial que os jesuítas se empenharam e continuam se empenhando em refutar. E, se alguém pensar que essa luta pela memória histórica está terminada, basta ler os comentários contidos na revista jesuítica *Brotéria*, publicada em Lisboa em 1982 para celebrar o bicentenário da morte de Pombal. “Os métodos de Pombal nada devem aos de nossos contemporâneos,” afirmava o editorial. “Seus métodos foram, com efeito, uma antecipação e uma mistura dos métodos de Goebbels e Stalin.”⁷¹

Uma segunda área de controvérsia pública, também envolvendo o uso sub-reptício de propaganda subvencionada para influenciar a opinião pública, proveio das disputas entre os portugueses e os britânicos sobre o comércio, o setor de vinho do Porto e as tentativas do governo português de estimular a manufatura em Portugal. Os dois lados recorreram a panfletos, a espionagem industrial e até a sabotagem industrial.⁷² Isso teve um grande impacto sobre a

67. Samuel J. Miller, *Portugal and Rome c. 1748-1830: An aspect of the Catholic enlightenment*, Roma, 1978, p. 187; *Dedução cronológica e analítica* [...] dada a luz pelo Doutor Joseph de Seabra da Silva [...] em Lisboa anno de 1767, 3 vols., manuscrito original com anotações e adendos feitos a mão por Pombal, BNLC, códices 444-446. Para um estudo sobre *Dedução cronológica*, cf. J. Lúcio d' Azevedo, *O marquês de Pombal*, pp. 290-291.

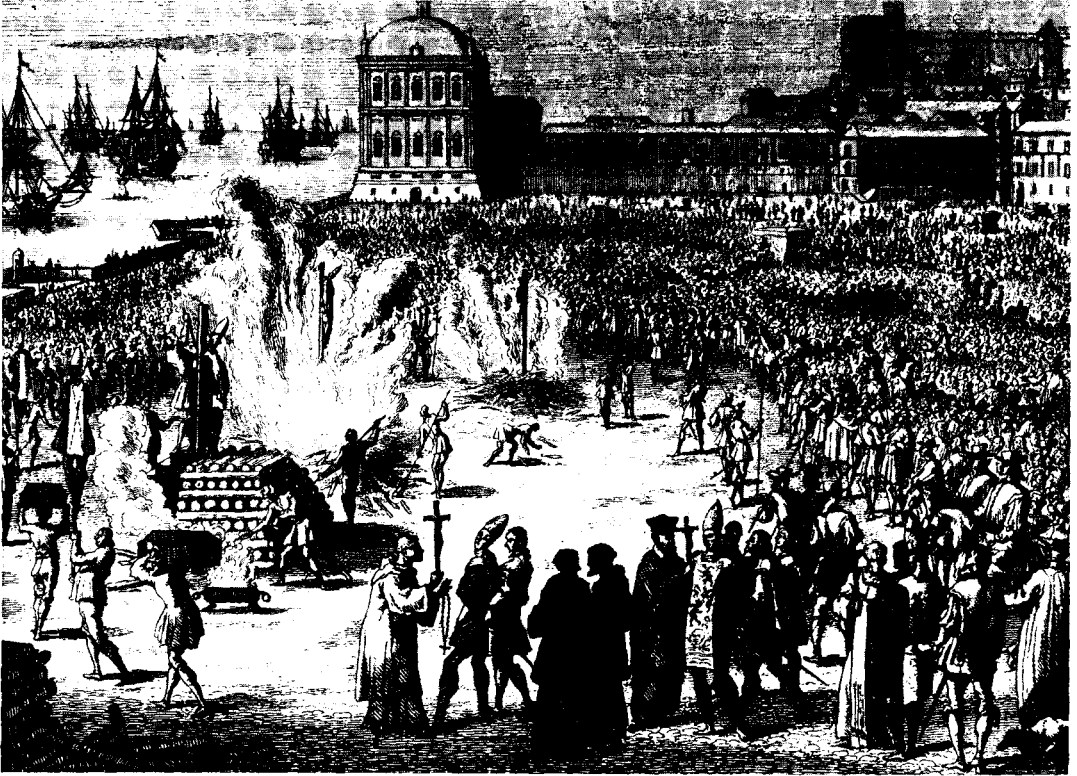
68. Foi publicado pela primeira vez em fins de 1756 e escrito, em sua maior parte, por Pombal; o título completo é *Relação abreviada da república que os religiosos das províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses*, 1758, Biblioteca Nacional, Lisboa, Reservados 4.394.

69. Miller, *Portugal and Rome*, p. 53.

70. Franco Venturi, *Settecento riformatore: La chiesa e la repubblica dentro i loro limiti (1758-1774)*, Turim, 1976, II, pp. 3-29.

71. *Brotéria: No bicentenário do marquês de Pombal* nº 115, 2 vols., II, p. 127.

72. Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 296-297.



6 Auto-de-fé no Terreiro do Paço. Gravura, c. 1741 (Biblioteca Nacional, Lisboa)

imagem de Portugal na Grã-Bretanha e, por extensão, influenciou a historiografia britânica. A relação comercial anglo-portuguesa, também deve ser lembrado, era a pedra de toque dos argumentos dos economistas do século XVIII, inclusive David Ricardo e Adam Smith.⁷³

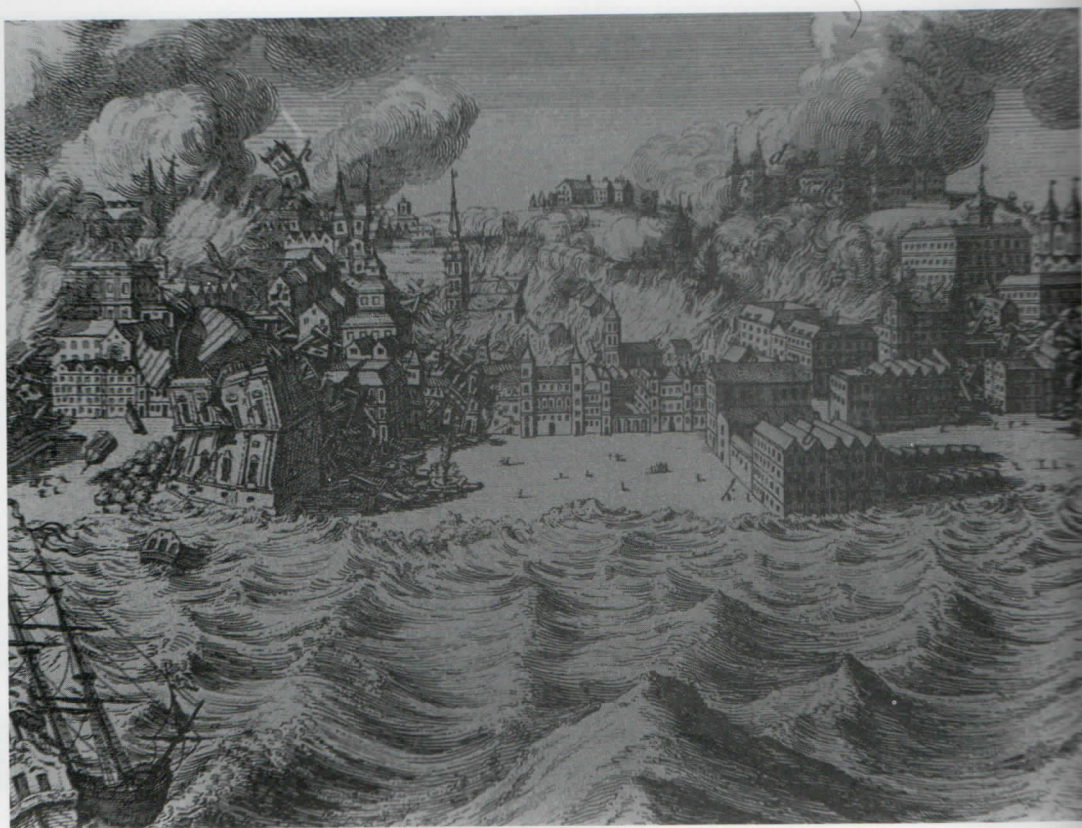
Outra causa da imagem negativa do Portugal do século XVIII foi, sem dúvida, o impacto do terremoto de Lisboa em 1755 (Figs. 7 e 8), a reação literária e pública à qual T. C. Kendrick dedicou um volume completo alguns anos atrás.⁷⁴ O grande terremoto no dia de Todos os Santos de 1755 reduziu a cinzas uma das cidades mais ricas e opulentas da época e provocou um extraordinário debate filosófico sobre otimismo, Deus e fenômenos naturais (Fig. 9).

O cônsul britânico Edward Hay, ao escrever a Londres duas semanas após o terremoto, dá um conciso testemunho do evento:

O primeiro abalo começou aproximadamente às quinze para as dez da manhã e, pelo que pude calcular, durou seis ou sete minutos, de sorte que em um quarto de hora esta grande cidade estava em ruínas. Logo depois irromperam numerosos incêndios, que arderam por cinco ou seis dias. A força do terremoto parecia estar exatamente sob a

73. H.E.S. Fisher, *The Portugal trade*. Londres, 1971, p. 133.

74. T. D. Kendrick, *The Lisbon earthquake of 1755*, Londres, 1956.



7 O terremoto de Lisboa



8 O terremoto de Lisboa



— Ruins of Lisbon as appeared immediately after the EARTHQUAKE and FIRE of the 7th Nov. 1755
 Jacques Philippe le Bas del. et sculp. 1757

9 As ruínas da igreja patriarcal e da praça após o terremoto, de uma gravura colorida de Jacques Philippe le Bas. 1757 (Museu da Cidade, Lisboa)

cidade [...] Acredita-se que tenha principiado no cais que se estende da Alfândega até o palácio do rei, que foi inteiramente destruído e desapareceu por completo (Figs. 10 e 11). Na hora do terremoto as águas do rio elevaram-se de seis a nove metros [...]”⁷⁵

Cerca de um terço da cidade foi totalmente destruído pelo terremoto e pela enchente (Fig. 8).

Hay escreveu em 13 de dezembro:

A parte da cidade que se estende na direção da água, onde ficavam o palácio real, os tribunais públicos, a alfândega, a Casa da Índia e onde a maioria dos mercadores fazia suas transações comerciais, está tão completamente destruída pelo terremoto e pelo fogo que não passa de uma monte de lixo que em muitos lugares atinge a altura de vários andares, coisa incrível para os que não foram testemunhas oculares do fato.⁷⁶

⁷⁵ Citado em C. R. Boxer, *Some contemporary reactions to the Lisbon earthquake of 1755*, Lisboa, 1956. Cf. também *The Lisbon earthquake of 1755: British accounts*, introdução, tradução e notas de Judith Nozel, Lisboa, 1990.

⁷⁶ Citado por Charles Boxer, em “Pombal’s dictatorship and the great earthquake of 1755”, *History Today*, 1955.

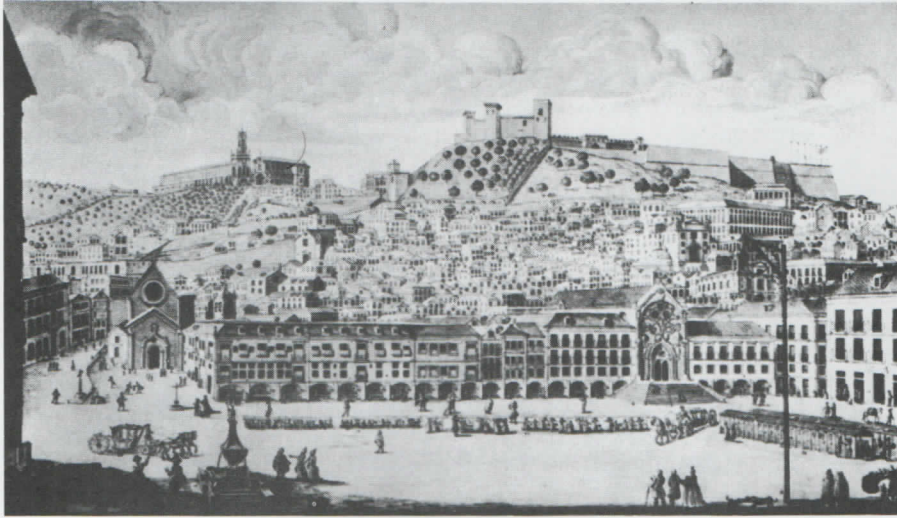
As estimativas do número de mortos variaram de dez mil a quarenta mil (na época todos acreditavam amplamente nesta última cifra, se bem que o número real deva beirar os quinze mil). A família real, que se encontrava fora da cidade, em Belém, escapou do que teria sido a morte certa em seu desmoronado palácio de Lisboa (Figs. 10 e 11). O rei, aturdido e atemorizado, depositou autoridade completa nas mãos do único de seus ministros que mostrava alguma capacidade para lidar com a catástrofe: Pombal.

O âmbito da destruição foi colossal. O Real Teatro da Ópera, terminado um mês antes, estava em ruínas. Das quarenta igrejas paroquiais de Lisboa, trinta e cinco desabaram, muitas sobre os paroquianos que estavam na missa quando houve o terremoto, esmagando-os sob as ruínas. Somente três mil das vinte mil casas de Lisboa permaneceram habitáveis. O palácio da Inquisição, no Rossio, desabou (Fig. 12) e muitas casas e palácios da aristocracia foram destruídos (Fig. 13). Somente em uma mansão perderam-se duzentas pinturas, incluindo um Ticiano e um Rubens e uma biblioteca com dezoito mil livros e mil manuscritos; setenta mil livros da biblioteca do rei se perderam. Foi o terremoto que deu a Pombal o impulso para o poder virtualmente absoluto que ele conservaria por mais vinte e dois anos, até a morte do rei, em 1777. Ele agiu de modo rápido, eficaz e impiedoso para estabilizar a situação. Os saqueadores foram enforcados sem a menor cerimônia; os corpos das vítimas do terremoto foram reunidos rapidamente e, com a permissão do patriarca de Lisboa, levados para o mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os alugueis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos níveis anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução temporária foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e enquanto não se definissem as plantas para as novas construções (Fig. 18).

Engenheiros militares e topógrafos, encabeçados por seu octogenário engenheiro-chefe, general Manuel de Maia (1672-1768), (Fig. 14), pelo coronel Carlos Mardel (1695-1763) e pelo capitão Eugênio dos Santos (1711-1760), foram encarregados de fazer os inventários dos direitos de propriedade e reivindicações e de implementar a miríade de decisões práticas para assegurar que as operações sanitárias e de nivelamento fossem levadas a cabo com segurança. Foram também encarregados de desenhar as plantas para a nova cidade (Fig. 15).⁷⁷

Foram esses engenheiros de mentalidade prática que, sob o mais minucioso escrutínio de Pombal, desenvolveram a arquitetura e a rede das econômicas ruas pombalinas e a grande praça defronte do Tejo que faz de Lisboa, em nossos dias, um exemplo clássico de cidade planejada do século XVIII (Figs. 16-18). A área defronte do Tejo e a zona do rio até a praça do Rossio foram niveladas e a gradação dos aclives do lado oeste diminuída. Determinou-se que as ruas teriam dezoito metros de largura (quinze metros para a rua e três para a calçada), os cruzamentos de ruas foram feitos nos ângulos certos e as ruas secundárias tinham doze metros de largura. Para apressar a reconstrução e, simultaneamente, encorajar empreendimentos nacio-

77. O trabalho clássico sobre a reconstrução de Lisboa continua sendo o de José Augusto França, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, 2ª ed., Lisboa, 1977.



12 O Rossio e o castelo antes do terremoto

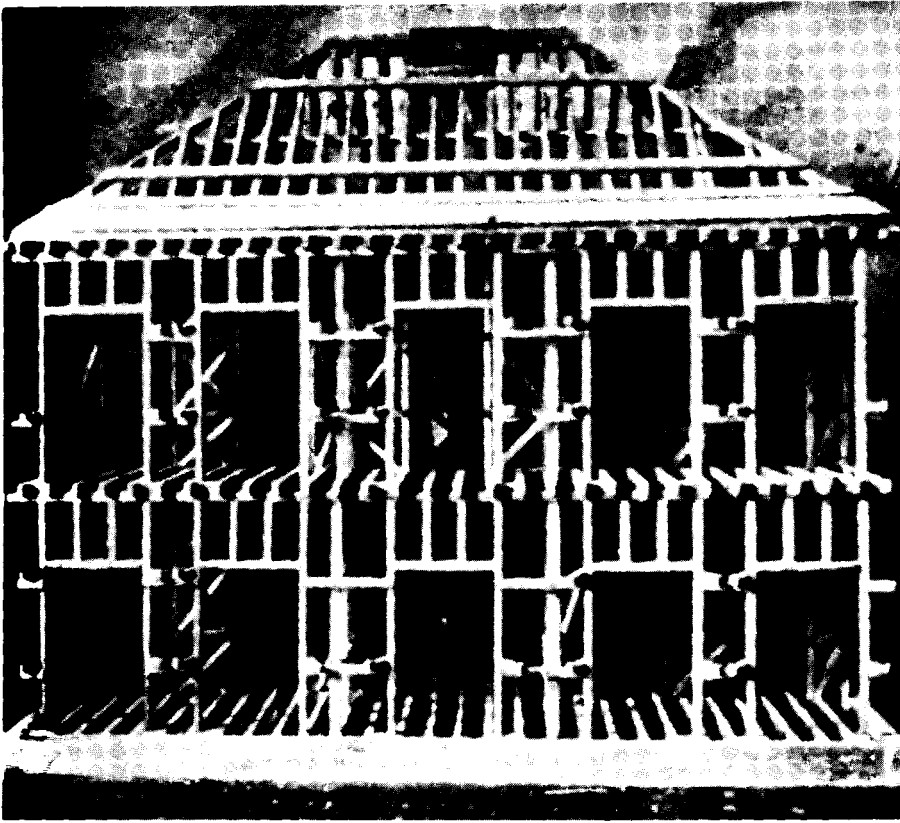
nais, promoveu-se um esforço inovador em artigos pré-fabricados; trabalhos em ferro, entalhes de madeira, telhas, artigos de cerâmica, por exemplo, eram todos padronizados, assim como os projetos globais das fachadas para as novas construções (Figs. 15, 16, 17). A engenhosa “gaiola” de madeira — uma estrutura que, por sua elasticidade, deveria adaptar-se ao movimento da terra em possíveis terremotos futuros — foi projetada e utilizada em todas as construções. (Fig. 13). Ribeiro Sanches contribuiu com um tratado longo e prático sobre saúde pública, a ser usado como manual pelos encarregados da restauração de Lisboa. O mesmo Ribeiro Sanches recomendou com insistência que as novas construções fossem salubres e bem ventiladas. Também reviu as teorias sobre terremotos, a fim de deixar claro que eram eventos naturais.⁷⁸

A lição aprendida na reconstrução de Lisboa seria aplicada por Pombal em outros lugares. Durante o planejamento de novos prédios para a Universidade de Coimbra na década de 1770, por exemplo, e na construção de uma cidade completamente nova, Vila Real de Santo Antônio, no Algarve, na fronteira com a Espanha, que deveria ser crucial no esforço de recobrar o controle português sobre a pescaria no Algarve.⁷⁹ Na cidade do Porto, a extensa reconstrução urbana e os novos edifícios em estilo neoclássico foram empreendidos pelo enérgico primo de Pombal, João Almada e Melo, empossado pelo ministro plenipotenciário como governador militar, presidente do senado municipal e diretor das obras públicas; do mesmo modo, Pombal empossou seu irmão Paulo de Carvalho como presidente do conselho municipal e diretor das obras públicas em Lisboa.⁸⁰

78. *Tratado de conservação da saúde dos povos: obra útil e igualmente necessária a magistrados, capitaens generais, capitaens do mar e terra, prelados, abbadessas, medicos e paes de familia; com hum appendix. Consideraciones sobre os terremotos* (Paris, e se vende em Lisboa, 1756).

79. Alberta Iria, “Vila Real de Santo Antônio reedificada pelo marquês de Pombal (1773-1776)”, *Ethnos* 3, Lisboa, 1948, pp. 5-76; e José Eduardo Horta Correia, “Vila Real de Santo Antônio levantada em cinco meses pelo marquês de Pombal”, *Pombal revisitado* 2, pp. 79-88.

80. Flávio Gonçalves, “A arte no Porto na época do marquês de Pombal”, *Pombal revisitado* 2, pp. 101-119. A influência do estilo *palladian* britânico era importante no Norte.

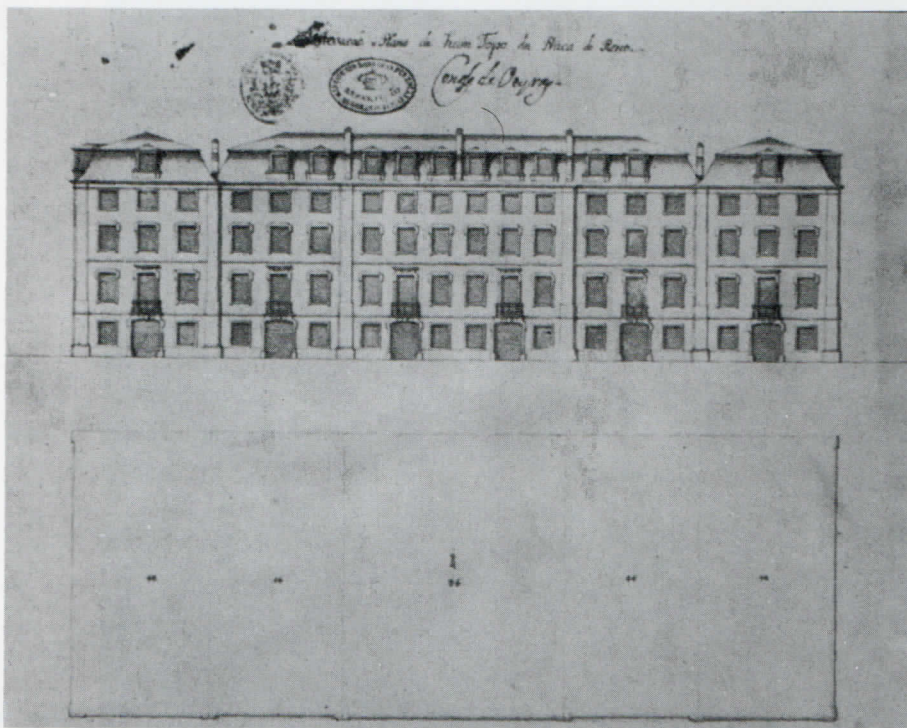


13 A “gaiola”, a estrutura lisboeta à prova de terremoto exigida em construções erigidas após 1755

A idéia de fazer uma grande praça à margem do Tejo como centro do esquema de Lisboa foi de Eugênio dos Santos. É também muito significativo que a nova praça, localizada na antiga Praça Real, devesse ser chamada, como o é atualmente, de Praça do Comércio, (Figs. 19-20). A nova Lisboa, desse modo, deveria ser um centro eminentemente comercial e administrativo. Enquanto o resto da Europa debatia o significado do terremoto para a filosofia do otimismo, envolvendo Voltaire, Goethe, Rousseau e John Wesley, entre outros, a reação em Portugal era mais prosaica. O planejamento urbano e arquitetônico de Pombal objetivava celebrar a independência econômica nacional e um Estado moderno, bem-regulado e utilitário (Figs. 21-22). Destarte, esse planejamento sintetizava o que Pombal esperava alcançar para Portugal como um todo (pranchas coloridas VI-VII).

Mesmo os mais acirrados inimigos de Pombal concordavam em que as praças públicas da nova Lisboa eram “belíssimas”, como observou o padre jesuíta Anselmo Eckart ao vê-las após sair da prisão, em 1777.⁸¹ Os *philosophes*, contudo, mostraram-se mais interessados no desastre do terremoto do que na

81. Anselmo Eckart, *Memórias de um jesuíta: prisioneiro de Pombal*, Lisboa, 1987, p. 230.



17 A reconstrução de Lisboa: primeiro projeto de Carlos Mardel para o Rossio, com a assinatura do conde de Oeiras (Pombal)

notável reconstrução da cidade por Pombal. Sobre a nova Lisboa eles eram assaz ignorantes; desse modo a imagem de Portugal permaneceu fixada, como em Voltaire, como uma terra de catástrofes absurdas, atolada em superstições irracionais. Ironicamente, em Paris, o artigo sobre a nova Lisboa encomendado para a edição de 1781 da *Encyclopédie méthodique* chegou tarde demais para ser incluído no volume e este foi publicado sem ele.⁸² Assim, foi o *Poème sur le désastre de Lisbonne*, de Voltaire, e acima de tudo o *Candide*, do mesmo Voltaire, que deu o tom: “As autoridades portuguesas não conseguiram pensar em nada melhor do que dar ao povo um esplêndido auto-de-fé.”⁸³ Tal afirmação era, na verdade, precisamente o oposto daquilo em que Pombal acreditava e que pôs em prática após o terremoto.

82. “Notice inédite sur Lisbonne en 1781”, *BEP*, 35-36, 1974-1975, pp. 93-120.

83. Cf. o estudo sobre Voltaire e Lisboa em Kendrick: *Lisbon earthquake*, pp. 198-212. A citação do *Candide* está na p. 206.

Reforma



[Pombal] [...] tornou-se o mais despótico ministro que já existiu, não só em Portugal mas, devo dizer, em toda a Europa.

Núncio papal em Lisboa ao secretário de estado do Vaticano (1759)

Nada se altera com força e violência [...] quando a razão permite e é necessário banir abusos e destruir costumes perniciosos [...] agir com grande prudência e moderação, um método que realiza mais do que o poder [...]

Pombal a Luís Pinto de Sousa Coutinho (1767)

A década de 1750 conheceu iniciativas importantes em muitas áreas da política de Estado, umas resultantes do planejamento, outras impelidas por acontecimentos novos e imprevistos. Na política econômica e social, Pombal aventurou-se em um plano ambicioso para restabelecer o controle nacional sobre todas as riquezas que fluíam para Lisboa, vindas dos domínios ultramarinos de Portugal. Para tanto ele adaptou às peculiaridades da situação portuguesa muitas das técnicas que havia conhecido em outros lugares da Europa, em especial na Grã-Bretanha e na Áustria. Pombal também enfrentou a implementação do Tratado de Madri, que implicava um ingente esforço com vistas a delinear e inspecionar as vastas fronteiras do Brasil. Em ambos os casos os jesuítas constituíam os maiores obstáculos aos seus planos. Na fronteira sul do Brasil foi necessária uma campanha militar para derrotar as missões jesuíticas. No Amazonas as missões entraram em um conflito imprudente com o irmão de Pombal, onde a oposição à política imperial mais ampla revelou-se desastrosa para os missionários. Em meio a esses conflitos, houve o terremoto de Lisboa. A pronta reação de Pombal à crise serviu para alçá-lo a um poder virtualmente ilimitado e conferiu-lhe autoridade para proceder à reconstrução radical da cidade. O desencanto dos puritanos entre a aristocracia portuguesa, desgostosos por se verem excluídos dos cargos públicos e pelos favores concedidos aos mercadores e negociantes, o crescente conflito com os jesuítas e a aflição dos pequenos comerciantes e taverneiros excluídos dos novos monopólios combinaram-se para provocar uma série de reações violentas, distúrbios e atentados. Pombal reagiu ferozmente a esses fatos, não só contra as classes populares mas também contra a alta nobreza e a ordem jesuítica.

Uma consequência imediata das medidas drásticas de Pombal foi desembaraçar o caminho para ações governamentais em várias frentes. Assim, a década

de 1760 marcou um período de consolidação e amplificação das reformas iniciadas durante a década anterior. Estas incluíam a estruturação de um novo sistema de educação pública para substituir o dos jesuítas, a afirmação da autoridade nacional na administração religiosa e eclesiástica, o estímulo a empreendimentos industriais e a atividades empresariais e a consolidação da autoridade para lançar impostos, das capacidades militares e da estrutura de segurança do Estado. Em cada caso a legislação necessária para tais medidas estava encerrada em um grupo de leis públicas reformadas, codificadas e sistematizadas, onde o raciocínio estava claramente delineado, justificado e explicado. Pombal fortaleceu também sua própria posição. O crime de *lèse-majesté* havia-se expandido, passando a incluir ataques contra os ministros do rei. E Pombal obteve para si mesmo um corpo de escolta pessoal, algo que não se via na Europa desde a primazia de Richelieu na França. Em 1760 Pombal estabeleceu o cargo público de intendente-geral da polícia da corte e do reino. Essas medidas deram ao Estado os meios organizacionais suscetíveis de combater o crime e o banditismo e de garantir a vigilância contra os inimigos do governo. O primeiro intendente-geral foi Inácio Ferreira Souto, amigo pessoal de Pombal e membro do tribunal que havia condenado o duque de Aveiro e os Távoras.¹

A política colonial, entretanto, continuou a receber alta prioridade. O irmão de Pombal, Mendonça Furtado, voltara do Pará em 1759. Com sua experiência prática das condições da fronteira do Brasil e seu íntimo envolvimento nos assuntos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado ingressou no gabinete de Pombal em Lisboa com a responsabilidade direta sobre os domínios ultramarinos.² No lapso de um mês, utilizando-se o protótipo da primeira companhia do Brasil, foram promulgados os estatutos de uma nova companhia comercial. Em seguida Pombal empenhou-se em estender seu esquema de restabelecimento do controle nacional sobre a economia para cobrir um dos principais centros brasileiros de comércio e produção, as capitânicas exportadoras de açúcar de Pernambuco e da Paraíba. Os objetivos continuaram sendo similares aos fixados para a Amazônia, apesar de Pernambuco e a Paraíba serem comunidades estabelecidas havia muito tempo, estando no centro da economia colonial brasileira e constituindo o local da grande luta com os holandeses no século anterior.

Em Pernambuco a companhia podia vender somente no atacado, enquanto na metrópole as taxas alfandegárias eram manipuladas para incentivar a diversificação da produção no Brasil, ao desenvolver o cultivo de produtos coloniais que não o açúcar, que poderiam ser reexportados com lucro. A companhia de Pernambuco, como sua precursora, foi planejada para estimular a importação da mão-de-obra africana. Seus dirigentes declararam na década de 1770 que, com a fundação da companhia, o "comércio fraudulento que muitos estrangeiros faziam em outros portos do Brasil havia cessado em Pernambuco e, seguindo as leis de comércio sólido, a remessa de mercadorias européias foi

1. Cf. José Subtil, "Os poderes do centro", em Mattoso, ed., *História*, IV, pp. 174-176.

2. Alvará de nomeação [...] de [Mendonça Furtado], 19 de julho de 1759. *Correspondência inédita*. III, p. 1228.

regulada pelo valor dos produtos das respectivas colônias.³ Pombal criou também uma companhia para o Comércio dos Mujaos e dos Macuas (Moçambique) e, em 1773, uma companhia para a Real Indústria da Pesca no reino do Algarve, que controlava a pesca de atum, da corvina e da sardinha no Sul de Portugal.⁴

As companhias monopolistas do remoto Norte e Nordeste da América portuguesa causaram um impacto considerável nas outras regiões. As excluídas pelos monopólios estavam longe de se sentirem felizes, mas não podiam, enquanto Pombal governasse, dar voz a seus protestos. No Pará e no Maranhão, o capital mobilizado pela coroa em associação a investidores privados forneceu o crédito essencial para a importação de mão-de-obra escrava e de mercadorias européias. Igualmente significativa foi a introdução de novos produtos para exportação. Na altura de 1760 a exportação de algodão havia começado em São Luís, por exemplo, enquanto em 1767 se iniciava a exportação de arroz. A produção de algodão logo excedeu a demanda metropolitana e proporcionou valiosas reexportações para Roterdam, Hamburgo, Gênova, Caiaç, Marselha e Londres.⁵ Os produtos exportados de Belém, em especial o cacau, também aumentaram em volume e valor.⁶ E, coisa incomum para uma época mercantilista, o governo português encorajou o processamento e a manufatura na colônia. No Maranhão, por exemplo, estabeleceram-se máquinas de beneficiamento de arroz e importaram-se técnicos especializados da Europa. No Pará a companhia chegou ao ponto de montar uma fiação de algodão destinada à produção de roupas para as forças militares locais! A companhia, sensível à originalidade de suas ações, defendeu essa política com base no argumento de que “a implantação de tais oficinas sempre foi útil para o Estado, pois impede o fluxo de dinheiro para estrangeiros.”⁷ No lapso de uma década, uma frota comerciante de 43.400 toneladas, com 124 embarcações, havia sido construída e transportava mercadorias européias, produtos da Amazônia e escravos africanos ao longo de rotas de comércio que abrangiam Bissau, Angola, a Europa, o litoral brasileiro e o oceano Índico.⁸ Como Pombal previra numa carta a seu irmão em 1755, a companhia estava contribuindo para “consolidar o estabelecimento do império que o Rei, nosso Senhor, determinara encontrar nessas capitânias.”⁹

Em Pernambuco a companhia utilizou seu capital e crédito para dar assistência aos proprietários de engenhos de açúcar da região. Mercadorias e escravos foram adiantados para fazendeiros e produtores de açúcar a uma taxa de juros de 3 por cento.¹⁰ O investimento direto da companhia reabilitou muitos

3. “Demonstrações da junta [companhia de Pernambuco]”, IHGB/AUC, 1-2-11.

4. Oliveira Marques, *History of Portugal*, I, p. 388.

5. Manuel Nunes Dias, “Fomento e mercantilismo: política econômica portuguesa na baixada maranhense, 1755-1778”, V Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros, *Actas*, 3 vols., Coimbra, 1965, II, pp. 17-99.

6. Manuel Nunes Dias, “As frotas do cacau da Amazônia 1756-1773: Subsídios para o estudo do fomento ultramarino português no século XVIII”, *RHSP*, 50, abril-junho, 1962, pp. 363-377.

7. “Apontamentos vários sobre a Companhia do Grão-Pará e Maranhão”, IHGB/AUC, 1-1-8 FO. 18.

8. Manuel Nunes Dias, “A tonelagem da frota da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão”, *RHSP*, 52, janeiro/março, 164, p. 131.

9. [Pombal] a [Mendonça Furtado], 4 de agosto de 1755, *Correspondência inédita*, II, p. 789.

10. Antônio Carreira, “A companhia de Pernambuco e Paraíba: Alguns subsídios para o estudo da sua acção”, *RHES*, 11, janeiro/junho, 1983, pp. 55-88.

engenhos de açúcar antigos e estabeleceu novos. O conselho administrativo da companhia estimou, em 1780, que aos 207 engenhos existentes na época em que a companhia se estabeleceu, incluídos os arruinados ou desativados, ela adicionou 123, o que resultou em cerca de 390 engenhos funcionando e produzindo açúcar para exportação. O cultivo de tabaco também foi restabelecido mediante subsídios e garantias de preços para os produtores. Para tornar o couro pernambucano competitivo com relação ao das províncias espanholas, ele foi isentado de taxas alfandegárias.¹¹

A criação do Erário Régio em Lisboa em 1761, contudo, foi o elemento-chave no esforço global de Pombal com vistas à racionalização e à centralização.¹² Ali toda a renda da coroa deveria ser concentrada e registrada. Pombal indicou a si próprio como inspetor-geral do Tesouro, uma vez que este havia sido planejado para que seu ocupante ficasse muito próximo do monarca e, por implicação, do primeiro-ministro. O objetivo do Tesouro era centralizar a jurisdição de todos os assuntos fiscais no Ministério das Finanças e torná-lo o único responsável pelos diferentes setores da administração fiscal, desde a receita da alfândega até o cultivo dos monopólios reais. A criação do Erário Régio marcou a culminação da reforma, por Pombal, da máquina de receita e coleta do Estado. Com altos salários para os funcionários, técnicas modernas de contabilidade de partida dobrada e extratos de balanço regulares, o Erário Régio estava, como a Junta do Comércio, sujeita ao mais estrito segredo em suas transações.¹³ A nova organização, que administrou seus negócios com muita eficiência, era controlada pelo íntimo colaborador de Pombal, José Francisco da Cruz, o primeiro tesoureiro-geral.¹⁴

Do mesmo modo como o Estado pombalino utilizou a propaganda para engrandecer a sua imagem e influenciar opiniões em toda a Europa, também o fez para a sua legislação, descrevendo para audiências domésticas em linhas gerais, com pormenores às vezes cansativos, os objetivos e antecedentes das mudanças políticas, assim como a essência da própria medida. A esse respeito, o corpo da legislação que estabelecia autoridade secular sobre as áreas que antes haviam caído sob a jurisdição papal ou eclesiástica requeria uma argumentação especial.¹⁵ Em nenhum outro país europeu a Contra-Reforma havia sido implantada de maneira tão cabal e com tanta firmeza, nem a ordem que assim exemplificava as reivindicações ultramontanas da supremacia papal — os jesuítas — foi tão calorosamente recebida, nem o controle dos jesuítas foi tão forte-

11. "Demonstrações da junta [companhia de Pernambuco] 1780", IHGB/AUC, 1-2-11; Ratton, *Recordações*, p. 182. Carreira: *Companhias pombalinas*, pp. 217-251.

12. Fernando Tomaz, "As finanças do Estado pombalino, 1762-1776", em *Estudos e ensaios*, Lisboa, 1990, pp. 355-388. Para o projeto de construção do Erário Régio, cf. Mattoso, *História*, IV, pp. 235 e 237.

13. Cf. *Inventário do fundo geral do Erário Régio*, organizado por Alzira Teixeira Leite Moreira, Lisboa, 1977.

14. *Exposição histórica do ministério das finanças*, Lisboa, 1952, pp. 25-26; Smith, *Pombal*, II, p. 60; Borges de Macedo, *A situação econômica* [...], pp. 48-49; Antônio Manuel Hespanha, "A fazenda", em Mattoso, *História*, IV, esp. pp. 235-239.

15. Para um estudo detalhado importante das formulações legais do Estado pombalino, especialmente a lei de 18 de agosto de 1769, cf. Antônio Resende de Oliveira, "Poder e sociedade: a legislação pombalina e a antiga sociedade portuguesa", *RHDI/M de P*, pp. 117-142; citação da p. 141.

mente estabelecido sobre a educação da elite. A disputa portuguesa com os jesuítas foi, portanto, mais do que uma questão de interesse local. O Vaticano, por seu lado, estava literalmente horrorizado diante dos acontecimentos que se desenrolavam em Portugal. O embaixador Almada disse a Pombal que Roma acreditava que ele tinha a intenção de introduzir a “religião protestante” em Portugal.¹⁶ O nuncio papal em Madri, Lazzarò Opizo Pallevicini, foi instruído (1760) por mensagem cifrada a avisar o monarca espanhol, Carlos III, de que “naquele reino [Portugal] [...] hebreus ocultos e hereges evidentes [...] beneficiam-se de todos os modos do grande favor do ministro [Pombal].”¹⁷ A luta com o papado foi uma consequência inevitável da expulsão dos jesuítas por Pombal.

A ocasião para o rompimento com Roma, como sucedeu tantas vezes em casos de conflito régio e ultramontano, foi uma disputa sobre uma dispensa papal para o casamento de Dona Maria, princesa do Brasil e herdeira manifestada, com seu tio Dom Pedro, irmão do rei. Diante da demora de Roma e do que se considerava um insulto à dignidade do monarca português, o nuncio papal foi expulso de Portugal em 15 de junho de 1760. Em 2 de julho, o enviado português e todos os portugueses residentes em Roma foram expulsos da cidade, inclusive o filho mais velho de Pombal, Henrique. O rompimento entre Lisboa e o Vaticano durou nove anos, um período importante durante o qual Pombal agiu de modo a criar um Estado secular fortalecido por uma rejeição sistemática das reivindicações papais de jurisdição. Mais uma vez, Pombal recorreu a um precedente: *Placet*, o direito de excluir documentos eclesiásticos; *exequatur*, o poder de aprovar a entrega de documentos papais aos destinatários portugueses; e a reivindicação global de *recursus ad principem*, o poder das cortes reais de ouvir apelos de cortes eclesiásticas, tudo havia sido reivindicado por monarcas portugueses desde o século XIII e ensejado disputas perenes entre monarcas católicos e o papado. Pombal utilizou todas essas justificativas para colocar a Igreja sob o firme controle do Estado.¹⁸

Igualmente importante foi a secularização da Inquisição por Pombal. De 1684 a 1747, 4 672 pessoas haviam sido condenadas pela Inquisição e 146 queimadas na fogueira (cf. Figs. 30 e 31). De 1750 a 1759 houve 1.107 sentenças e 18 execuções em fogueiras. Os poderes da polícia da Inquisição já haviam sido apropriados pelo novo intendente-geral, em 1768. Pombal aboliu também a distinção entre cristão-velho e cristão-novo, enquanto o papel de censor de livros, antes de responsabilidade da Inquisição, foi confiado, também em 1768, à recém-criada Real Mesa Censória. E em 1769 Pombal voltou-se contra a própria Inquisição, retirando-lhe o poder como tribunal independente, tornando-o dependente do governo e ordenando que todas as propriedades confiscadas pela Inquisição passassem, a partir de então, a fazer parte do Tesouro nacional.¹⁹ Indicou seu irmão Paulo de

16. [Almada] a [Pombal], 15 de setembro de 1759, ANTT, Min. Just., part. II.

17. Citado por Miller, *Portugal and Rome*, p. 109.

18. Cf. Cândido dos Santos, “Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*, ensaio sobre o regalismo e o jansenismo em Portugal na segunda metade do século XVIII”, *RHDI/M de P.* 4, I, 1982, pp. 167-203; cf. também Zílie Osório de Castro, “O regalismo em Portugal: Antônio Pereira de Figueiredo”, *Cultura*, 8, 1987, pp. 357-411.

19. Cf. o estudo de Montalvão Machado *Quem livrou Pombal* [...], p. 118.



30 Procissão da Inquisição através do Rossio, Lisboa

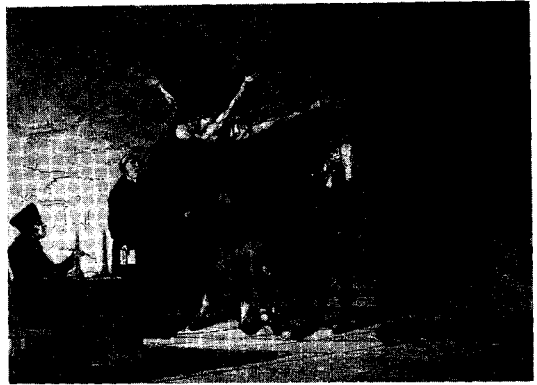
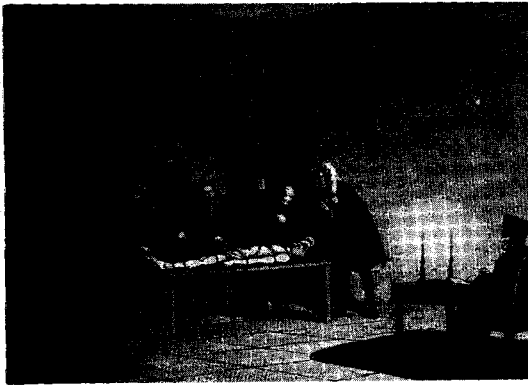
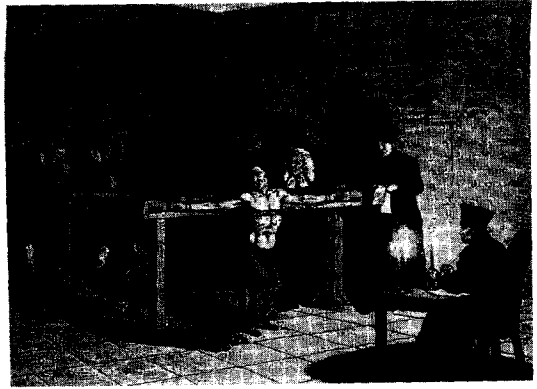
Carvalho para a função de inquisidor-geral. Revogaram-se os autos-de-fé públicos, juntamente com a pena de morte. Malagrida, a última vítima, foi queimado em 1761.²⁰

Há paralelos interessantes entre as reformas austríacas e as medidas de Pombal. Em Viena, o mecanismo principal da reforma educacional havia sido a criação da comissão de censura de livros (Bucherzensurcommission) em 1759/1760, sob a proteção do velho amigo e médico de Pombal durante sua estada em Viena, Gerhard van Swieten. Essas reformas visavam principalmente ao monopólio jesuítico e baseavam-se em grande parte nos mesmos princípios filosóficos que presidiram às reformas de Portugal, particularmente nos textos de Muratori.²¹ Em Portugal, a Real Mesa Censória, estabelecida oito anos depois, fora planejada para fornecer um mecanismo destinado a secularizar o controle e as proibições religiosas que de longa data haviam governado a introdução de novas idéias no país. Desse modo a Real Mesa Censória substituiu a Inquisição e tornou-se o juiz do que se supunha aceitável para o público leitor português.

Nessas circunstâncias, paradoxalmente, a censura do Estado foi planejada para fornecer os meios suscetíveis de estimular o Iluminismo. A Mesa, frequentemente, liberava livros para seus proprietários ou livreiros que antes ha-

20. Oliveira Marques, *History of Portugal*, I, p. 402.

21. Beales, *Joseph II*, I, pp. 441-443; cf. também G. Klingenstein, *Staatsverwaltung und kirchliche Autorität im 18. Jahrhundert*, Viena, 1970.



31 A Inquisição em ação: quatro gravuras do livro *Historical, military and pitoresque observation on Portugal* de George Landemann (1821)

viam sido banidos pela Inquisição — entre eles as *Oeuvres* de Voltaire (teatro), a *Pamela*, de Richardson, o *Esprit de lois*, de Montesquieu, e os *Essays on human understanding*, de Locke. Mas as limitações impostas à leitura denotam igualmente a presença do Iluminismo. Obras que eram consideradas perniciosas para a religião continuaram excluídas. E em 1769 a Real Mesa Censória solicitou os catálogos de “todas as livrarias, gráficas, editoras e bibliotecas que contivessem todos os livros impressos ou em manuscrito que possuíssem.” Trabalhos que se supunha contivessem “irreligião e a falsa filosofia dos livros dos chamados ‘filósofos’ cujo ateísmo e materialismo” continuaram formalmente condenados.²² Mas os principais censores provinham da ala reformista da Igreja, inclusive o erudito frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), confessor do príncipe Dom José, o padre Inácio de São Caetano, confessor da princesa Maria e das princesas reais, o padre oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo e o brasileiro Dr. Francisco de Lemos e seu irmão, o jurista João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho.

22. Para fontes arquivísticas relevantes, cf. Calazans Falcon, *A época pombalina*, p. 444.

Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783), em suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), propôs a separação total entre a Igreja e o Estado.²³ Os escritos de Antônio Pereira de Figueiredo e João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho forneceram a justificativa para as reivindicações seculares nos assuntos da Igreja e para a captura, pelo Estado, da jurisdição antes atribuída ao domínio espiritual. A tarefa de Azevedo Coutinho era justificar a instalação de bispos sem recorrer a Roma. A experiência francesa revelou-se especialmente atrativa para os reformadores eclesiásticos portugueses. Havia de fato um certo fundamento nos temores de que os portugueses se tivessem tornado jansenistas ou galicanos, como Roma insinuava. Pombal foi mantido rigorosamente a par das atividades da Igreja cismática de Utrecht através de sua correspondência com o jansenista Gabriel Duparc de Bellegarde, via Figueiredo e Cenáculo, correspondência facilitada pela família Van Zeller, originária dos Países Baixos. Como Pereira escreveu a Cenáculo em 14 de fevereiro de 1770: "Recebi ontem uma carta e um pacote com papéis importantes do meu amigo Bellegarde, de Utrecht. Hoje fui até o marquês [de Pombal] e dei-lhe a mesma carta para ler, na qual se fala dele com muito apreço."²⁴ Pombal e seus colaboradores eclesiásticos, na verdade, tomaram e adaptaram de outros o que servia para seus objetivos, que eram essencialmente regalistas e católicos. Ou seja, aceitavam a supremacia do Estado mas não queriam ver o catolicismo derrubado. Queriam a autoridade papal circunscrita e uma grande autonomia para as Igrejas nacionais, com as ordens fraternas e o clero regular purificados e em número limitado, e desejavam alcançar isso pela expansão do poder dos bispos. Na Alemanha, as idéias contidas em *De status ecclesiae et legitima potestate Romani pontificis liber singularis*, de Nicolaus von Hontheim (1701-1770), publicado em 1763 sob o pseudônimo de Justinus Febronius, opunham-se ao conceito monárquico do papado. Pombal ordenou que esse livro fosse traduzido em português e publicado como *Do estado da Igreja e poder legítimo do pontífice romano*, 2 vols. (Lisboa, 1770). A política aqui refletia um interesse comum entre os governantes católicos do século XVIII: era conhecida como galicanismo na França, febronismo na Alemanha, josefismo na Áustria e regalismo na península Ibérica. Em todos os casos a política envolvia a afirmação dos direitos do Estado sobre os da Igreja.²⁵ Uma série de livros e cartas do oratoriano Antônio Pereira de Figueiredo foi particularmente influente em Portugal. As duas primeiras edições do seu *Tentativa teológica* (Lisboa, 1766), perfazendo ao todo 1.600 exemplares, esgotaram-se rapidamente; *De sacerdotio et imperio*, de Antônio Ribeiro dos Santos (1770), também conheceu um considerável sucesso comercial no mercado.²⁶ Esse livro foi de-

23. Cf. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade*, em *Obras*, Coimbra, 1959, 1ª ed., 1760. Cf. também o estudo Antônio Nôvoa *Le temps des professeurs*, pp. 132-134.

24. Cf. *RHDI/M de P*, I, pp. 194-195.

25. *De suprema regnum* de Antônio Pereira de Figueiredo, 1765, também causou um forte impacto fora de Portugal, em edições em latim e francês, tendo sido elogiado no órgão semiclandestino dos jansenistas franceses; teve também uma edição na Itália e em Leipzig. Cândido dos Santos, "Antônio Pereira de Figueiredo, Pombal e a *Aufklärung*, ensaio sobre o regalismo e o jansenismo em Portugal na segunda metade do século XVIII", *RHDI/M de P*, I, pp. 167-203. Cf. também *RHDI/M de P*, I, pp. 174-175, 185.

26. José Esteves Pereira, *O pensamento político em Portugal no século XVIII*, Antônio Ribeiro dos Santos, Lisboa, 1983, p. 87.

dicado a Joaquim Inácio da Cruz, protetor de Ribeiro dos Santos e íntimo colaborador de Pombal, e destinava-se a ser um documento-chave para a reforma do ensino do direito em Coimbra, expondo as limitações jurisdicionais do poder do Estado e eclesiástico. Em sua teoria ele utilizou extensamente o trabalho do reformador italiano Antonio Genovesi (1712-1798), que acreditava que a Igreja deveria ser autônoma e separada do Estado, tendo suas preocupações limitadas à doutrina e aos sacramentos. Mesmo a educação religiosa, segundo ele, deveria ser de responsabilidade do Estado. Genovesi considerava a Grã-Bretanha um modelo em termos de desenvolvimento econômico e desejava ver as técnicas dessa nação adaptadas às condições napolitanas.²⁷

Como em outras áreas das atividades de Pombal, suas ações não deixaram de encontrar oposição. O bispo de Coimbra, Dom Miguel da Anunciação, que era membro da família Távora, tomou a si a tarefa de condenar os escritos regalistas, que a nova Real Mesa Censória havia aprovado especificamente. Por sua própria iniciativa e num claro desafio à área de competência da nova Real Mesa Censória, publicou uma carta pastoral onde associava as obras de Febronius à *Encyclopédie* e a outros trabalhos do Iluminismo.²⁸ A Mesa censória reagiu com fúria. Seus membros repreenderam o bispo de Coimbra precisamente por fazer essa associação: “Uma mistura escandalosa de escritor materialista e libertino com os sábios e católicos Du Pin e Febronio [...] de modo a causar danos aos que adotarem suas doutrinas sãs e importantes”. Louis Elies Dupin (1657-1719), teólogo e historiador francês, fora um defensor fervoroso do galicanismo. Opunha-se à primazia do papa e defendia a união ecumênica entre as igrejas católica, anglicana e ortodoxa. Seus trabalhos estiveram por muito tempo no *Index*. A Mesa Censória ordenou que a carta pastoral do bispo fosse rasgada e queimada na Praça do Comércio, o que se fez no sábado, 27 de dezembro, na presença do magistrado criminal Pina Manique.²⁹

Como muitos dos opositores de Pombal, o bispo injurioso foi encarcerado por sua temeridade. Pombal enviou oitenta soldados da cavalaria e um juiz, que circundaram o palácio episcopal e levaram o bispo em custódia. O eclesiástico foi conduzido a Lisboa sob escolta militar e encerrado no forte de Pedrouças. Pombal comunicou ao cabido da catedral de Coimbra que o bispo fora dispensado pelas autoridades civis e que o bispado de Coimbra estava vago. Em seguida providenciou para que Francisco de Lemos (1732-1814), um de seus conselheiros e defensores mais íntimos, ocupasse o cargo “vago”. O papa, entretanto, não aprovou essa nomeação, apesar de Dom Francisco de Lemos ter começado a servir como bispo de Coimbra imediatamente — e nesse papel ele atuou como reitor reformista da universidade.³⁰ Pombal, que

27. Banha de Andrade, *Vernei*, pp. 299-300.

28. Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal* [...], pp. 130-131. Cf. também *Colecção de negócios de Roma*, parte 3, pp. 299-314.

29. Para um texto completo da opinião da Real Mesa Censória (os examinadores eram o desembargador João Pereira Ramos, frei Manuel do Cenáculo e frei Inácio de São Caetano), cf. *RHDI/M de P. I*, pp. 288-298. Para um estudo muito abrangente sobre esse episódio, cf. Manuel Augusto Rodrigues, “Pombal e Dom Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra”, em *RHDI/M de P. I*, pp. 207-298.

30. Cf. documentos e estudo em Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal* [...], pp. 130-136.

sentiu seu regalismo desafiado pelos líderes da comunidade oratoriana, reagiu contra seus velhos amigos com ferocidade não menor que a demonstrada contra seus velhos inimigos. Exigiu que “tão peçonhenta e venenosa planta fosse arrancada pelas raízes.”³¹

A reforma educacional tornou-se uma alta prioridade na década de 1760.³² A expulsão dos jesuítas deixara Portugal despojado de professores tanto no nível secundário como no universitário. Os jesuítas haviam dirigido em Portugal 34 faculdades e 17 residências. No Brasil possuíam 25 residências, 36 missões e 17 faculdades e seminários.³³ As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo.³⁴ Assim como muitas das medidas de Pombal, os experimentos iniciais ocorreram no Brasil. Em 1758 o irmão de Pombal introduziu o sistema diretivo para substituir a administração secular dos jesuítas ali onde o controle jesuítico sobre as aldeias indígenas havia sido abolido pelos decretos reais em 7 de junho de 1755. Os diretores deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Aos meninos se ensinaria a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã, enquanto as meninas, em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar e executar outras tarefas “apropriadas para esse sexo”. Os diretores, diferentemente dos missionários, deveriam impor às crianças indígenas o uso do português e proibir o uso de sua própria língua.³⁵

Em suas reformas educacionais Pombal inspirou-se diretamente, o que não é de surpreender, na recomendação dos antigos inimigos dos jesuítas, em especial em Luís Antônio Vernei, nessa altura consultor pago do governo português. Vernei chegava a ser irritante (em especial para o embaixador Almada) por sua insistência quanto à recepção de honorários e emolumentos. Por volta da década de 1770 ele estava recebendo salários na qualidade de associado da Ordem de Cristo, em seu posto de arcediogo de Évora (igreja de Santa Maria de Beja), função que ele não exercia, e como delegado honorário ao Tesouro da Corte Eclesiástica da Consciência e das Ordens, sem falar no produto das vendas de seu livro em Lisboa, que de janeiro de 1764 a agosto de 1773 lhe renderam 1.378.510 réis.³⁶ O subtítulo do famoso livro de Vernei *O verdadeiro método de estudar* resumia tanto o radicalismo como as limitações da filosofia educacional pragmática de Pombal. Era um método “destinado a ser útil para a República e a Igreja na proporção do estilo e da necessidade de Portugal.”³⁷

31. Cf. citação de Pombal em Banha de Andrade, *Contributos* [...], p. 426.

32. José Ferreira Carrato, “The Enlightenment in Portugal and the educational reforms of the Marquis of Pombal”, em *Studies on Voltaire and the eighteenth century*, ed. Theodore Beterman, Oxford, The Voltaire Foundation, 1977, vol. 167.

33. Beal, “Os jesuítas [...]”, p. 80.

34. Cf. o estudo abrangente sobre o programa da reforma no excelente livro de Antônio Nóvoa, *Le temps des professeurs*, 2 vols., Lisboa, 1987, I, pp. 95-315.

35. Banha de Andrade, *Contributos*, pp. 596-597.

36. Banha de Andrade, *Vernei*, pp. 231-232.

37. “para ser útil à República e à Igreja, proporcionado estilo e necessidade de Portugal”, frontispício em Vernei: *Verdadeiro método*.

Para dar execução à reforma educacional, Pombal estabeleceu inicialmente o posto de diretor de estudos (6 de julho de 1759), com a finalidade de fiscalizar o estabelecimento de um sistema nacional de educação secundária. Para o posto indicou Dom Tomás de Almeida, diretor da igreja patriarcal e sobrinho do primeiro patriarca de Lisboa (A posição de "diretor" do Patriarcado de Lisboa destinava-se a duplicar o papel da Cúria Romana numa situação portuguesa.)³⁸ Mais tarde foi formada a Junta da Providência Literária, para preparar a reforma da educação superior.

Como diretor de estudos, Dom Tomás de Almeida fiscalizou o estabelecimento de um novo sistema estadual de educação secundária. Suas tarefas abrangiam coordenação, preparação de relatórios anuais, inspeção e administração de sistema. Os novos professores universitários seriam pagos pelo Estado, deveriam passar por um exame público para obter suas posições e desfrutariam de "privilégios concedidos aos nobres por direito consuetudinário."³⁹ O decreto real nomeando Dom Tomás de Almeida citara especificamente a "lógica crítica de Vernei e Genovesi," e ao diretor de estudos foi dado o direito exclusivo de editar livros! Aos novos professores catedráticos de Coimbra e Évora foi concedido o uso de residências dos jesuítas expulsos.⁴⁰ Após a reforma do sistema escolar secundário, os livros de Antônio Pereira de Figueiredo sobre gramática e composição passaram a ser exigidos em todas as escolas estaduais de Portugal e do Brasil.⁴¹

Em 1771 o diretor de estudos foi substituído por uma Real Mesa Censória e o sistema estadual foi ampliado para incorporar escolas de leitura, composição e cálculos e para aumentar o número de aulas de latim, grego, retórica e filosofia. O sistema foi estendido ao territórios ultramarinos.⁴² A legislação de 1772 incluía um plano nacional relacionando as escolas e os professores com a situação socioeconômica das regiões e estabelecendo uma base financeira para o sistema mediante a introdução de um novo imposto ou subsídio literário para cobrir esse custo.⁴³

O decreto real que criou o sistema dirigido pelo Estado previa 526 postos de instrutor e 358 de professores (236 de latim, 38 de grego, 49 de retórica e 35 filosofia). Os instrutores deveriam receber salários de 40 a 60 mil réis, dependendo do local. Um professor de latim em uma cidade, por exemplo, deveria receber 100 mil réis. Não eram somas generosas. O mínimo necessário para sustentar uma família de camponeses no Alentejo era de 25 mil réis. Em alguns lugares, porém, as novas escolas estaduais foram bem-sucedidas. Em Beja, entre 1774 e 1776, o colégio real matriculou 220 alunos cuja faixa etária oscilava entre 8 e 12 anos. Todo o sistema deveria ser financiado por um novo

38. Cf. Banha de Andrade, *Contributos*, pp. 591-594. Texto completo do regulamento diretivo em Carneiro de Mendonça, *Aula do comércio*, pp. 141-178, 179-181.

39. Cf. Antônio Nóvoa, *Le temps des professeurs*, pp. 142-149, onde se analisam os relatórios anuais preparados por Dom Tomás de Almeida.

40. Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 432-433.

41. *Exercícios da língua latina e portuguesa*, 2ª ed., 1765, e *Novo método da gramática latina*. Lisboa, 1752; Banha de Andrade, *Vernei*, pp. 186, 262.

42. Antônio Nóvoa, *Le temps des professeurs*, pp. 168.

43. *Ibidem*, pp. 172-173.

imposto, um subsídio literário baseado no vinho e na aguardente de Portugal e das ilhas do Atlântico. Na Ásia e no Brasil o imposto baseava-se na carne e na aguardente. (Pablo de Olavide, em Sevilha, criou um imposto similar para financiar sua nova universidade.)

Frei Manuel de Cenáculo
 Uma figura notável nessas inovações educacionais foi frei Manuel de Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), (Fig. 32). Filho de um fabricante de velas, Cenáculo foi educado pelos oratorianos em Lisboa, onde estudou com o padre João Baptista. Entrou para a ordem terceira de São Francisco em 1739 e a partir de 1740 residiu em Coimbra, onde depois se tornou professor particular de teologia (1749). Participou da reação contra as doutrinas escolásticas, adotando as idéias de Descartes e Newton. Em 1750 visitou Roma e em 1755 mudou-se para Lisboa.⁴⁴ Cenáculo foi um intelectual brilhante; era perito em grego, siríaco e árabe. Na área da reforma educacional, foi um dos colaboradores mais íntimos de Pombal. Tornou-se o reformador provincial da ordem terceira de São Francisco, presidente da Real Mesa Censória, confessor e preceptor do príncipe Dom José, neto do rei, e o primeiro bispo de Beja. Teve também uma importante influência na reforma da Universidade de Coimbra.

Em novembro de 1772 Cenáculo tornou-se presidente da junta do subsídio literário. As receitas do imposto literário eram consideráveis, com entradas anuais girando em torno de 92.303\$191 réis entre 1774 e 1793 e despesas em torno de 88.520\$294 réis no mesmo período. Das receitas, 83 por cento originavam-se do próprio Portugal e 1,6 por cento provinha dos territórios ultramarinos, o que era quatro vezes o que se recebia de retorno nas despesas. Como o imposto recaía sobre o vinho e a aguardente, a contribuição das províncias do Norte de Portugal e das áreas rurais era desproporcionalmente alta, embora as despesas estivessem fortemente concentradas nas áreas urbanas e no Sul. Lisboa, por exemplo, que contribuía com 0,19 por cento das receitas, recebia 15,12 por cento das despesas.⁴⁵

Opapel de Cenáculo
 No seu papel de presidente da Real Mesa Censória, Cenáculo assumiu as funções do que o professor J. Marcadé define como "se não um ministério, então, com certeza, uma verdadeira comissão de educação nacional."⁴⁶ Em 1771 as atribuições da Mesa Censória foram ampliadas para abranger a fiscalização do Colégio dos Nobres, todas as escolas primárias e secundárias e a Universidade de Coimbra.⁴⁷ A Real Mesa Censória aplicou a censura prévia a todos os livros impressos em Portugal e uma censura *a posteriori* a todos os trabalhos estrangeiros. Os livros acumulados em decorrência dessas atividades na biblioteca dos oratorianos e nas bibliotecas dos colégios jesuíticos, suprimidas em 1759, formariam mais tarde a base da primeira biblioteca nacional pública de Portugal, como Cenáculo havia previsto.⁴⁸ Além disso Cenáculo

44. Marcadé, *Cenáculo*, pp. 5-16.

45. Para um estudo muito detalhado sobre salários e comparações com outras ocupações, cf. Antônio Nóvoa, *Le temps des professeurs*, pp. 236-252. Cf. também Antônio Alberto Banha de Andrade, *A reforma pombalina dos estudos secundários (1769-1771)*, 2 vols., Coimbra, 1981, 1984. Para uma análise de balanços, cf. Antônio Nóvoa, *Le temps des professeurs*, pp. 208-209.

46. Marcadé, *Cenáculo*, p. 67.

47. Esse papel explica provavelmente sua correspondência com o Conde de Campomanes (1723-1806), que estava desenvolvendo projetos similares na Espanha.

48. Marcadé, *Cenáculo*, p. 70.

organizou as bibliotecas do Convento de Jesus de Lisboa, que mais tarde se tornaram a biblioteca da Academia de Ciências, a biblioteca de Beja e a de Évora.⁴⁹

Como em outras áreas, Pombal tirou do exemplo alheio o que lhe convinha.⁵⁰ Apesar das queixas e dos receios em Roma e nos círculos mais tradicionais, as atividades da Real Mesa Censória foram exemplares a esse respeito. Dominada por eclesiásticos de mentalidade reformista, seus membros analisavam cuidadosamente a produção literária do alto Iluminismo (e alguns trabalhos de natureza menos elevada) e com igual cuidado retiravam das edições portuguesas tudo o que consideravam prejudicial ao dogma católico ou, como ocorreu algumas vezes, restringiam a circulação para aqueles que acreditavam deveriam estar atentos aos trabalhos ofensivos para ficarem à altura de refutar sua mensagem.⁵¹ Se as medidas de órgãos pombalinos como a Mesa Censória parecem cautelosas e contraditórias para os puristas do Iluminismo, eles pareceram eminentemente perigosos e até sacrílegos para os tradicionalistas. Vernei, por exemplo, foi rancorosamente atacado pelos jesuítas e seus apologistas tanto quando seu livro foi publicado como quando suas recomendações foram promulgadas em lei. Os reformistas portugueses não eram livres-pensadores, com certeza. Buscavam promover o que lhes parecia útil para o Estado. No contexto do Noroeste europeu, esse modo cauteloso de tratar um assunto parecia autodestrutivo, mas no contexto de Portugal do século XVIII era uma grande inovação.

Em 1768 Cenáculo foi escolhido como confessor do neto de Dom José I, o príncipe José (que se tornou herdeiro manifesto após a subida de sua mãe ao trono, em 1777) (Fig. 33), e em 1770 tornou-se preceptor do príncipe, posição que manteve durante sete anos. O currículo que ele supervisionava incluía geometria, geografia e direito, a pedido do rei. Este fez um projeto minucioso onde consignou as instruções para a educação de seu neto.⁵¹ O príncipe de nove anos levantava-se às oito horas da manhã, ia à missa às nove e tinha diariamente duas sessões de aulas: de manhã das dez horas às doze e quinze e à tarde das três às quatro horas. Cenáculo ensinava-lhe pessoalmente geometria e a história de Portugal. Na biblioteca do príncipe, Cenáculo incluiu *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon, *De copia verborum*, de Erasmo, *L'histoire universelle*, de Bossuet, e *Histoire ecclésiastique*, do Abbé Racine.⁵⁴ O príncipe José sempre conservou um alto apreço por seu preceptor. Em 1772 frei Manuel do Cenáculo esboçou com alguns detalhes em seu diário o modo como organizou a educação do príncipe no intuito de prepará-lo para governar. Considerava o exame dos considerandos das leis promulgadas por Dom José I um ponto de partida porque eles delineavam as "causas que haviam reduzido a monarquia portuguesa a tal decadência e as disposições que continham reve-

49. Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal* [...], p. 150.

50. Para um estudo sobre o ecletismo de Pombal, cf. Calazans Falcon, *A época pombalina*, pp. 430-431.

51. Cf. a instrução para a educação de seu neto, 7 de dezembro de 1768, em IHGB, arquivo 61, documento 4. Comentado por Maria Beatriz Nizza da Silva, "A educação de um príncipe no período pombalino", em *RHDI/M de P*, I, pp. 377-383.

52. Cf. "Livros que tenho dado em sua alteza para a sua instrução e curiosidade", em "Excertos do diário" de Dom frei Manuel do Cenáculo", notas de João Palma-Ferreira, em *Revista da biblioteca nacional*, 2, 1, 1982, pp. 17-35, em especial p. 21; cf. também Marcadé, *Cenáculo*, pp. 60-65.



33 (a) Príncipe Dom José, neto do rei Dom José I e herdeiro manifesto de Dona Maria I.



(b) Infanta Dona Maria Benedita, tia e esposa do príncipe Dom José

lavam os remédios com os quais essas enfermidades tão arraigadas e deploráveis poderiam ser curadas.” Dividia essas leis em diversas categorias, apresentando exemplos específicos em cada categoria genérica. Primeiro, em ordem de prioridade, colocou as leis e os processos relacionados com o respeito à autoridade civil, a segurança pública e a justiça criminal. Seu exemplo era a lei de 28 de julho de 1751, que conferiu ao Estado o poder de manter prisioneiros sem interferência de nenhuma outra autoridade. Seguia-se a questão da administração das finanças do Estado, e aqui ele usou como exemplo a lei de 1º de dezembro de 1750, relativa à coleta do quinto real na produção de ouro. Em terceiro lugar discutiu as leis relacionadas com a educação, usando como exemplos as leis de 1759 e 1760 relativas à educação pública.

A quarta categoria relacionava-se com as forças armadas e a quinta com o comércio e a navegação. A sexta divisão ligava-se à agricultura, a sétima à reconstrução de Lisboa e a oitava considerava os assuntos eclesiásticos. Nesta última categoria ele usou como exemplos as leis de 3 de setembro de 1759, concernentes à expulsão dos jesuítas e à conservação de papéis relativos à expulsão, a lei de 14 de junho de 1760, que expulsava o núncio papal, e outras

disposições tomadas contra os poderes do papa.⁵³ Depois da semidesgraça de Cenáculo que se seguiu à queda de Pombal, o príncipe José teve o cuidado de comentar publicamente que, “à parte o ter nascido príncipe, tudo o mais que me tornou respeitável aos olhos do mundo devo-o a esse grande homem.”⁵⁴

Basicamente, a reforma educacional pombalina teve um objetivo altamente utilitário: produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformadas. Seria aqui, entre esses burocratas e clérigos recém-forjados, que as reformas pombalinas encontrariam seus perpetuadores e defensores. O centro do processo da reforma, contudo, foi a renovação da Universidade de Coimbra em 1772. Após a morte de Clemente XIII, Francisco de Lemos foi confirmado bispo de Coimbra pelo sucessor daquele papa, Clemente XIV, que estava ansioso por restabelecer as relações rompidas com Portugal. Para preparar os novos estatutos da universidade, criou-se a Junta da Providência Literária em dezembro de 1770. O onipresente e maleável Dom João Cosme da Cunha era o presidente da junta e Francisco de Lemos tornou-se o reitor da reforma. Francisco de Lemos e seu irmão compuseram os novos estatutos da universidade. João Pereira Ramos coordenou a parte jurídica em estreita colaboração com o marquês de Pombal, enquanto Francisco de Lemos concentrou-se nos novos estatutos relacionados com as ciências naturais e a matemática.⁵⁵ Frei Cenáculo foi também membro da Junta da Providência Literária.⁵⁶ A intervenção pessoal de Pombal colocou Cenáculo nessa comissão, onde Pombal tomou parte ativa em discussões, tendo ele próprio presidido algumas sessões da junta.⁵⁷ A universidade foi fechada durante as fases finais da reforma e Pombal supervisionou pessoalmente a inauguração da instituição reformada durante uma estada de 32 dias em Coimbra, de setembro a outubro de 1772. Os indivíduos-chaves que o auxiliaram foram: José Seabra da Silva, co-autor da *Dedução cronológica*, frei Manuel do Cenáculo, João Pereira Ramos, Dom Francisco de Lemos, Pascoal José de Melo Freire, Antônio Nunes Sanchez, Jacobo Castro Sarmiento e, é claro, Vernei.

A reforma visava manter mas também modernizar as faculdades de teologia e de lei canônica, incorporar o estudo de fontes portuguesas no currículo da faculdade de direito, atualizar totalmente a faculdade de medicina, fazendo voltar o estudo de anatomia por intermédio da dissecação de cadáveres (antes proibida em Portugal por motivos religiosos); o estudo de higiene, “porque é mais fácil conservar a saúde do que recuperá-la uma vez

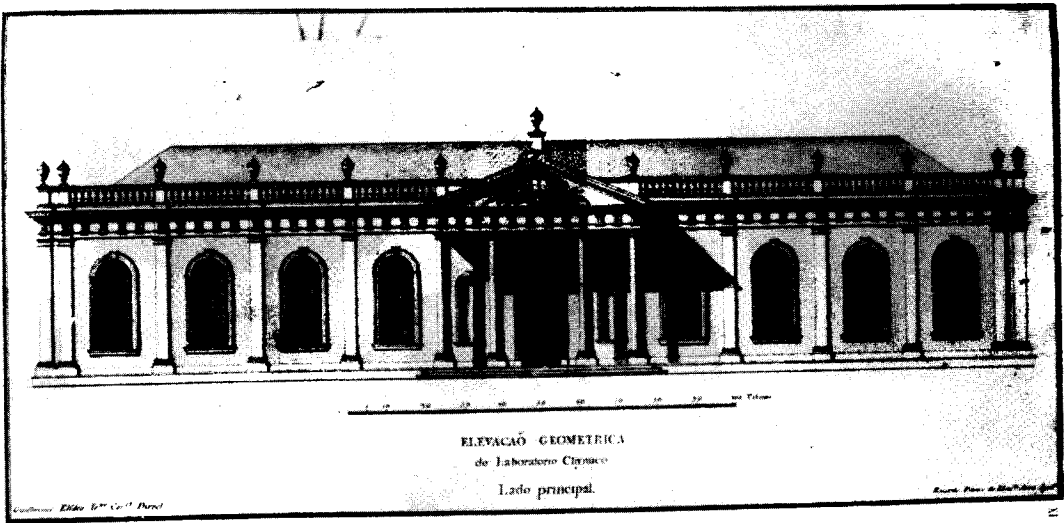
53. “Excertos do ‘diário’ de Dom frei Manuel do Cenáculo”, pp. 22-23.

54. Marcadé, *Cenáculo*, p. 66.

55. Montalvão Machado, *Quem livrou Pombal* [...], p. 151. Para comentários sobre o diário de Cenáculo com relação às reuniões da junta na casa de Pombal ou em outros lugares para discutir a reforma, cf. “Excertos do ‘diário’ de Dom frei Manuel do Cenáculo”, pp. 23-35. Essas interessantes notas do diário dão uma visão íntima, de dentro, das discussões na junta da providência literária, assim como de outras conversas com Pombal e observações de Cenáculo sobre os vários indivíduos relacionados com o programa da reforma, suas invejas e rivalidades internas, e a participação direta de Pombal em muitas dessas decisões sobre os currículos e a fonte de aconselhamento e livros utilizados.

56. Marcadé: *Cenáculo*, pp. 73-77.

57. *Ibidem*, pp. 83-84; cf. também Dom Francisco de Lemos, “A reforma da Universidade de Coimbra”, *Memórias da Academia Real de Ciências*, série 7, 1895.



34 Fachada de William Elsden para o laboratório de química, Coimbra

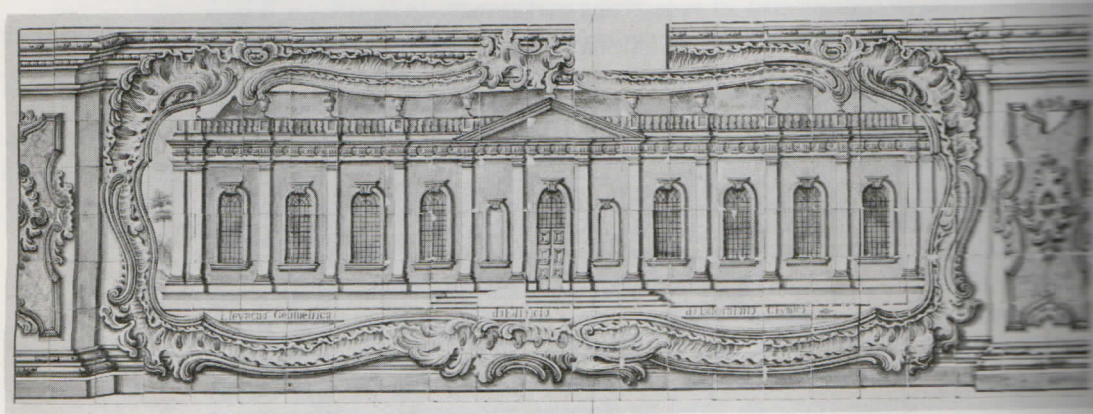
perdida;” adotar as descobertas de Harvey relacionadas com a circulação do sangue; as teorias de Albinus em anatomia, as de Boerhaave em patologia e as de Van Swieten em farmacologia.

Além disso criaram-se duas novas faculdades: matemática e filosofia. A de filosofia deveria incorporar não só as matérias tradicionais de metafísica, lógica e ética mas também as novas ciências naturais, que utilizavam a observação e a experimentação. As plantas elaboradas para a universidade incluíam uma série de novos e esplêndidos edifícios projetados, segundo um estilo neoclássico, pelo arquiteto militar inglês coronel William Elsden, que acompanhara o conde Lippe a Portugal, onde permaneceu, tornando-se intendente-geral do Exército português em 1771. Essas plantas incluíam uma série de laboratórios (Figs. 34-36), um observatório, uma editora para a universidade e um jardim botânico.⁵⁸ O laboratório de física estava equipado com os aparelhos mais atualizados. O novo currículo e a existência de laboratórios eram inovações excepcionalmente avançadas para a época.⁵⁹ Pombal, como ocorrera com as plantas para a reconstrução de Lisboa, tomou um interesse pessoal por todas as fases desse planejamento. Em outubro de 1773, por exemplo, ele criticou os primeiros projetos para o jardim botânico, que lhe pareceram demasiado ostentatórios. Queria um jardim para o “ensino de meninos, e não para a exibição de príncipes ou indivíduos.”⁶⁰ Como a de Lisboa, a reconstrução de Coimbra estava ligada à promoção do desenvolvimento industrial. As cerâmicas e os azulejos

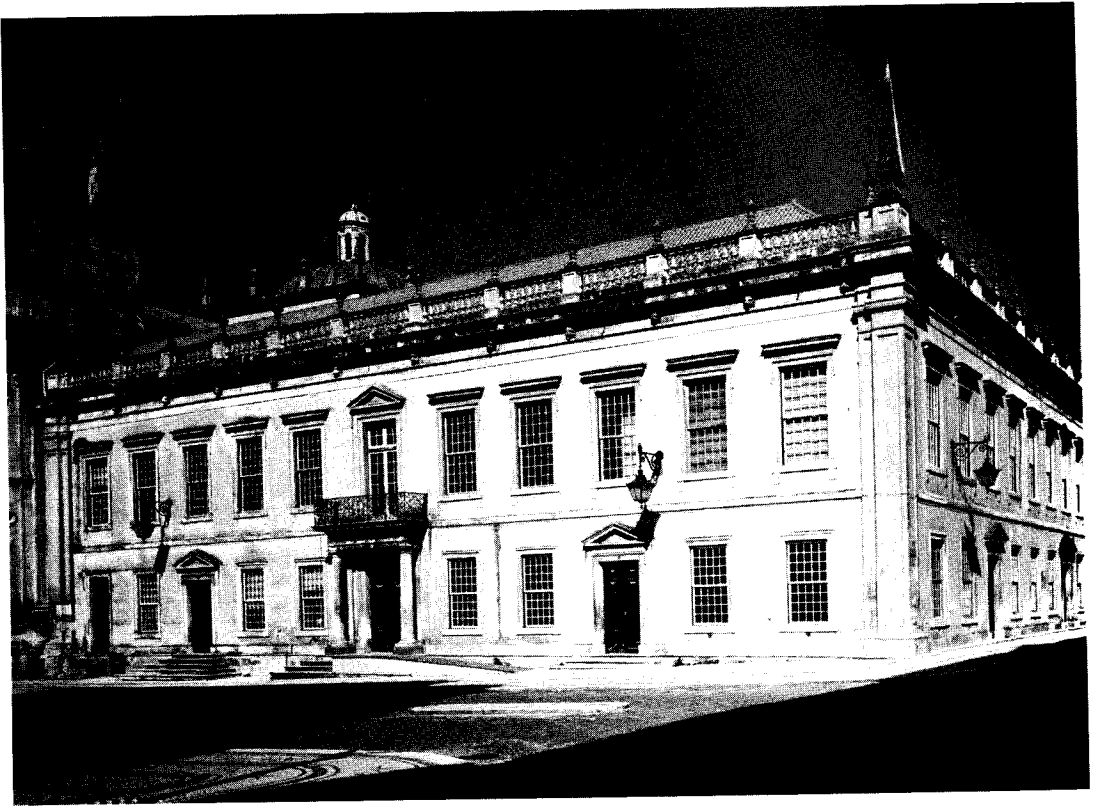
58. Cf. *Riscos das obras da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1983.

59. Rômulo de Carvalho, *História do gabinete de física da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1978.

60. M. Lopes d'Almeida, *Documentos da reforma pombalina*, 2 vols., Coimbra, 1937-1979, I, pp. 22-23.



35 O laboratório de química da Universidade de Coimbra, projetado por William Elsdon
(a) vista da fachada
(b) painel de azulejos representando a fachada (Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra)



36 Fachada da sede da confraria universitária em Coimbra (fotografia de Jean Dieuzaide)

produzidos para as novas construções incluíam uma série de representações dos próprios edifícios (Fig. 35b).⁶¹

O primeiro trabalho impresso pela Junta da Providência Literária foi uma justificativa polivalente para a reforma, atribuindo a culpa pela decadência das universidades aos jesuítas e mantendo uma posição claramente regalista com relação a Roma. O papado porém não estava com disposição para brigar outra vez com Pombal, e já se achava bem adiantado o processo segundo o qual o próprio papa logo iria concordar com a supressão da ordem jesuítica. Os três volumes publicados dos novos estatutos da universidade foram recebidos em Roma sem censura.⁶² A declaração clássica dos objetivos do processo da reforma da universidade, contudo, veio da pena do próprio Francisco de Lemos:

61. Matilde de Figueiredo, *Da cerâmica coimbrã: uns notáveis azulejos do Museu Nacional Machado de Castro*, Coimbra, 1982.

62. *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra, no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores e diretores que regiam, pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por elles fabricados*, Lisboa, 1771. Para um estudo da reação de Roma ao compêndio e aos estatutos, cf. Beal, "Os jesuítas", pp. 97-101.

Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da administração pública e de promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa essa idéia, maiores afinidades se descobrem entre a universidade e o Estado: quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a Ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. Essa compreensão chegou muito tarde a Portugal, mas enfim chegou, e estabelecemos sem dúvida o exemplo mais perfeito e completo da Europa atual.⁶³

Em suas reformas econômicas, Pombal sempre se defrontou com o problema da limitada capacidade empresarial de Portugal. Não menos crucial era o problema de encontrar indivíduos convenientemente qualificados para levar avante a transformação das estruturas educacionais e administrativas do país. A criação do capital humano era na verdade um processo mais lento do que o de acumular riquezas pela manipulação de tarifas ou da concessão de monopólios lucrativos. Na área da reforma educacional, Pombal tentou utilizar estrangeiros, em especial italianos, e ir revezando de instituição para instituição os poucos indivíduos de mentalidade moderna que tinha à sua disposição. A primeira escola estadual na qual a física experimental havia sido introduzida, por exemplo, foi o Colégio dos Nobres de Lisboa, e o destino da educação científica nesse colégio é típico dos múltiplos impactos das várias tentativas de Pombal. O objetivo era proporcionar aos filhos da nobreza as habilidades profissionais necessárias para o governo ou para o serviço militar. Antônio Nunes Ribeiro Sanches, em suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (Paris, 1759), encarecera o valor da física no currículo educacional e também o uso do equipamento científico graças ao qual os professores poderiam demonstrar as

“propriedades dos elementos, a óptica, a mecânica e a estática [...] de modo a ver, pelo uso desses instrumentos, que os resultados eram causados não por milagres, mas pelos efeitos da natureza [...] e [...] os alunos veriam as provas do que lhes era ensinado”.

Mas o Colégio dos Nobres, cujos estatutos foram promulgados em 1761, só abriu suas portas em 1766 e as aulas de física experimental só duraram de 1768 a 1772, quando toda educação científica foi deixada de lado e os instrumentos do laboratório foram levados para Coimbra. O professor italiano de física experimental Giovanni Antonio dalla Bella, que chegara a Portugal em 1766, foi o responsável pela compra dos instrumentos, parte da Inglaterra e parte pela encomenda de instrumentos produzidos em Portugal. A coleção que mais tarde seguiu para Coimbra tem a fama de ser a mais completa desse tipo na Europa da época.⁶⁴ O jovem príncipe Dom José possuía seu próprio laboratório de física no Palácio Real da Ajuda, em Lisboa. William Beckford,

63. *Relação geral do estado da universidade*. 1777, Coimbra: reprodução em fac-símile, 1983, p. 232.

64. Pombal procurou professores para o colégio em Pádua, Itália, através do abade Jacopo Facciolali; cf. Rômulo de Carvalho, *História da fundação do Colégio Real dos Nobres de Lisboa*, pp. 49-69.



37A Universidade de Coimbra (fotografia de Jean Dieuzaide)

que conheceu o príncipe um ano antes de ele morrer de varíola, observou que a primeira coisa a que o príncipe se referiu foi o seu laboratório de física.⁶⁵

O esforço feito por Pombal para criar uma geração ilustrada de burocratas e funcionários públicos iria beneficiar seus sucessores. Sua própria administra-

65. *A corte da Rainha Dona Maria I: Correspondência de W. Beckford*, Lisboa, 1981; cf. também

ção, ele a confiou a um grupo muito pequeno de colaboradores que incluía membros de sua família e parentes, alguns pequenos nobres e aristocratas ilustrados, como o morgado de Mateus e o marquês de Lavradio; clérigos reformistas de origens modestas ou de passado colonial, como Cenáculo e Francisco de Lemos; e peritos estrangeiros como Vandelli e Stephens. Muitos desses homens acumularam diversas funções, do mesmo modo que os associados de negócios de Pombal acumularam funções na administração dos assuntos fiscais e comerciais. Depois de dezembro de 1770, por exemplo, Cenáculo serviu como consultor principal para a Junta da Providência Literária, a comissão responsável pela reforma da educação superior, além de todas os seus outros cargos. As múltiplas tarefas de Cenáculo significavam, naturalmente, que supervisionar algumas de suas responsabilidades era impossível. Seu secretário Alexandre Ferreira de Faria Manuel foi acusado de vender livros depositados na Real Mesa Censória com a censura real, incluindo “seis *Belisaires* de Masmontée, seis *Lettres persanes*, cinco *Histoire des Indes de l'Abbé Raynal*”, por um total de 103 mil réis. O último, ironicamente, era um livro proibido em Portugal.⁶⁶

Com sua vontade poderosa e sua crueldade, Pombal foi capaz de mobilizar esses escassos recursos humanos e logrou pôr em prática uma série de medidas extraordinárias. Mas sua base de operações reduzida, em termos de pessoal, sempre foi uma ameaça fundamental para o sucesso de suas reformas a longo prazo.

Havia também limites ao que podia ser realizado pela legislação. Antônio Ribeiro Sanches, examinando uma cópia da lei que proibia a discriminação contra as pessoas de origem judaica, como ele próprio escreveu em seu diário: “Mas poderá essa lei extinguir das mentes das pessoas idéias e pensamentos que foram adquiridos em seus primeiros anos de vida?”⁶⁷ Sanches, é claro, tocou no ponto-chave da debilidade da engenharia social ilustrada. As formulações legais do Estado pombalino eram justificadas como uma aplicação da lei natural, um sistema secularizado que era uma construção lógica na qual a razão, mais do que a fé ou o costume, definia a justiça ou a injustiça.⁶⁸ Para justificar esse novo critério de interpretação legal, Pombal promulgou em 1769 uma “Lei de Boa Razão”, decretando que a partir daquela data toda lei deveria ser construída sobre uma “boa razão”, sem o que não seria válida.⁶⁹ A renovação radical da educação judicial após 1772 em Coimbra foi o complemento desse decreto. Ainda assim, na prática, os construtores manifestos do Estado foram respaldados pelas redes não-explícitas das relações pessoais, do clientelismo e do interesse próprio. Esse interesse próprio era visto claramente

Rômulo de Carvalho, *A física experimental em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1982, pp. 80-84.
66. Marcadé, *Cenáculo*, p.78.

67. Citado por Antônio José Saraiva, *Inquisição e cristãos-novos*, 4ª ed., Porto, 1969, p. 317.

68. Para um excelente estudo da reação de Ribeiro Sanches à legislação pombalina com respeito aos cristãos-novos, baseado nos comentários e análises contidos em seus diário nas coleções da Bibliothèqne de la faculté de médecine, Paris, MS 2015, cf. Maria Helena Carvalho dos Santos, “Ribeiro Sanches e a questão dos judeus”, em *RHDI/M de P*, I, pp. 117-142, citação da p. 141.

69. Oliveira Marques, *History of Portugal*, I, p. 407.

70. Cf. Guilherme Braga da Cruz, *O direito subsidiário no história do direito português*, Coimbra, 1975.

por Pombal como um meio de fortalecer os objetivos do Estado tanto na política econômica como na administração. Ainda assim, para funcionar, isso requeria uma visão que colocasse o interesse do Estado acima dos interesses privados. Enquanto Pombal governou, esse objetivo global prevaleceu. Mas ao custo de uma intervenção pessoal contínua e de muita repressão. E, à medida que Pombal envelhecia e seus irmãos faleciam, ele se tornou cada vez mais repressivo, suspeitando até de seus colaboradores mais íntimos quando eles demonstravam excessiva independência ou se opunham aos seus desejos.⁷¹ A visão do próprio Pombal de seu papel histórico também não era de modo algum negligenciada por seus amigos. Em 1770 o grande quadro de Pombal pintado pelo artista então em voga Van Loo (1707-1771) foi encomendado e pago pelos dois detentores do monopólio do comércio de madeiras brasileiras, Gerard de Vismes (1713-1795), comerciante de origens huguenotas que possuía propriedades em Benfca, e David Purry, abastado negociante nascido em Neuchâtel e que chegara a Lisboa após o terremoto.⁷² Van Loo, na verdade, nunca veio a Portugal, mas seu grande quadro intitulado *O marquês de Pombal expulsando os jesuítas*, onde se vê Pombal, tendo o Tejo às suas costas, com o projeto para a nova Praça do Comércio sob a mão direita e os projetos para as fachadas do novo Colégio de Nobres e da Junta de Comércio aos seus pés, criou a imagem de Pombal que permanece até hoje na mente do povo (cf. o frontispício).⁷³

71. Para os ataques aos oratorianos, cf. o "Processo pombalino contra os oratorianos" em Banha de Andrade, *Contributos* [...], pp. 675-687.

72. Cf. *Marquês de Bombelles: Journal d'un ambassadeur de France au Portugal*.

73. O título é, na verdade, anacrônico, já que Sebastião José de Carvalho e Melo só se tornou marquês de Pombal três anos após o quadro ter sido executado.



ISBN 85-219-0180-1



9 788521 901808